



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELIGIÃO ENTRE ADOLESCENTES QUE
CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

EDSON MARINHO DE OLIVEIRA

RECIFE

2023

EDSON MARINHO DE OLIVEIRA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELIGIÃO ENTRE ADOLESCENTES QUE
CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – PPGCR/UNICAP, como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Drance Elias da Silva.

RECIFE

2023

O48r Oliveira, Edson Marinho de
A representação social da religião entre adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. / Edson Marinho de Oliveira, 2023.
99 f. : il.

Orientador: Drance Elias da Silva
Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião. Mestrado em Ciências da Religião, 2023.

1. Religião - Aspectos sociais. 2. Adolescentes.
3. Educação – Aspectos sociais. I. Título.

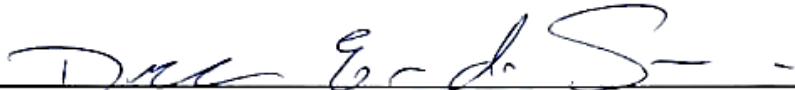
CDU 2:301

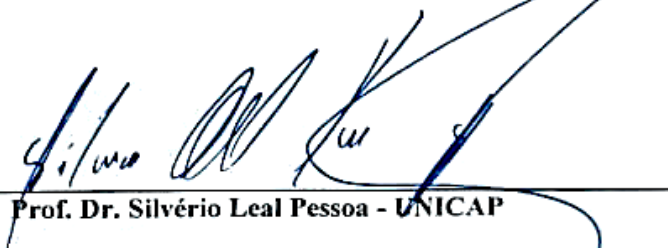
Luciana Vidal - CRB 4/1338

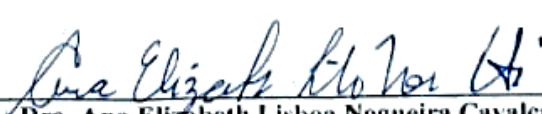
EDSON MARINHO DE OLIVEIRA

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELIGIÃO ENTRE ADOLESCENTES QUE
CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS**

Dissertação submetida à aprovação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, por uma banca examinadora formada pelos seguintes professores:


Prof. Dr. Drance Elias da Silva (Orientador) - UNICAP


Prof. Dr. Silvério Leal Pessoa - UNICAP


Dra. Ana Elizabeth Lisboa Nogueira Cavalcanti - UFPE

Recife, 2023.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar a elaboração deste trabalho, me sinto aliviado por conseguir chegar até aqui. Não foi fácil, admito. Concluí em meio a uma crise de ansiedade que quase me obrigou a desistir. Mas o Deus em quem confio me deu forças para prosseguir e chegar até o fim. Por isso e tudo mais, minha gratidão a Ele. Lembro-me da expressão de adoração apresentada pelo apóstolo Paulo como hino de adoração em sua carta aos Romanos no Capítulo 11 e Versículos 33 ao 36, que diz:

Ó profundidade da riqueza, da sabedoria e do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e inescrutáveis os seus caminhos!
Quem conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro?
Quem primeiro lhe deu, para que ele o recompense?
Pois dele, por ele e para ele são todas as coisas. A ele seja a glória para sempre! Amém! (Romanos 11:33-36 – NVI).

Em seguida, não poderia deixar de agradecer à pessoa que me completa em corpo, alma e espírito, minha adorável Jacelma Cristina, esposa, companheira e amiga que sempre esteve ao meu lado, apoiando e me levantando nas horas que pensei em desabar. Se existe alma gêmea, como afirmam alguns, creio que encontrei a minha! Amo-te e sempre te amarei!

Meus filhos, Edson Júnior e Évelyn Cristina, também são merecedores de minha gratidão. Por vezes, deixei de sair juntos para um momento de lazer para me esmerar nos livros e pesquisas a fim de completar este feito. Obrigado pela compreensão e paciência.

Aos irmãos e amigos, doutorando Liniker Xavier e mestrandia Selomite Dias, pela parceria nos congressos para obtenção de créditos de produção científica, minha gratidão.

Agradeço, em extensão, à Coordenadora Geral da Casa de Atendimento Socioeducativo (CASE) Pirapama, Srta. Cristiane Galindo, e ao Coordenador Administrativo do CASE Cabo de Sto. Agostinho, Sr. Manoel, por terem aberto as portas de entrada para facilitar o acesso deste pesquisador às unidades da FUNASE.

Minha gratidão se estende a todos os professores do Mestrado em Ciências da Religião, que somaram para excitar meus neurônios na busca de conhecimentos e expansão de meus horizontes na área de minha pesquisa. Em especial, eterna gratidão ao meu orientador, prof. Dr. Drance Elias, pelo apoio e contribuição na elaboração desta dissertação.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a produção desta pesquisa. Gratidão, gratidão, gratidão!

RESUMO

Situado no campo das Ciências da Religião, esta pesquisa tem o objetivo de conseguir identificar e analisar a Representação Social da Religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE do Cabo de Santo Agostinho, fazendo uso da Teoria do Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1976). Pretende-se verificar o que a religião representa socialmente para esses adolescentes e qual a influência desta na socioeducação. Sabe-se, a princípio, que a palavra “religião” é derivada do latim e etimologicamente significa “religar” e aduz à ideia de reatar o relacionamento da criatura com o criador. Sendo esta pesquisa um estudo descritivo e alicerçada nos pressupostos da abordagem qualitativa, de natureza interdisciplinar, mas fundamentada na Teoria das Representações Sociais, foi desenvolvida tendo como base e instrumento de pesquisa um questionário de evocação livre de palavras, conhecido como Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP, respondido a partir do termo indutor “religião”, sobre a qual se levantou as representações construídas pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Palavras-chave: Representação Social; Religião; Adolescentes; Socioeducação.

RESUMEN

Ubicada en el campo de las Ciencias de la Religión, esta investigación tiene como objetivo identificar y analizar la Representación Social de la Religión entre los adolescentes que cumplen con las medidas socioeducativas en el Centro de Atención Socioeducativa – CASE en el Cabo de Santo Agostinho, haciendo uso de la Teoría de la el Núcleo Central de Jean-Claude Abric (1976). Se pretende verificar qué representa socialmente la religión para estos adolescentes y cuál es su influencia en la socioeducación. Se sabe en un principio que la palabra “religión” deriva del latín y etimológicamente significa reconectar y se suma a la idea de retomar la relación de la criatura con el Creador. Siendo esta investigación un estudio descriptivo y basado en los presupuestos de un enfoque cualitativo, de carácter interdisciplinario, pero fundamentado en la Teoría de las Representaciones Sociales, se desarrolló con base en un instrumento de investigación, un cuestionario de evocación libre de palabras conocido como Técnica de la Asociación Livre de Palavras – TALP, respondió desde el inductor término “religión”, sobre el cual se plantearon las representaciones construidas por los adolescentes en el cumplimiento de las medidas socioeducativas.

Palabras clave: Representación Social; Religión; Adolescentes; Socioeducación.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CASE - Centro de Atendimento Socioeducativo
CASEM - Casa de Semiliberdade.
CENIP - Centro de Internação Provisória
CF - Constituição Federal
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor
FUNASE - Fundação de Atendimento Socioeducativo
FUNDAC - Fundação da Criança e do Adolescente de Pernambuco
IURD - Igreja Universal de Reino de Deus
LEP - Lei de Execução Penal
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PFDB - Presídio Frei Damiano de Bozzano
PIA - Plano Individual de Atendimento
PNBEM - Política Nacional para o Bem-Estar do Menor
RS - Representações Sociais
SDSCJ - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude
SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SOPERJ - Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro
TRS - Teoria das Representações Sociais
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIAI - Unidade de Atendimento Inicial
UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pirâmide etária por faixa etária e sexo (1980-2030).....	16
Figura 2 - Sistema de Garantia de Direitos.....	30
Figura 3 - Mapa distribuição das unidades da FUNASE em PE.....	32
Figura 4 - CASE Cabo de Santo Agostinho.....	34
Figura 5 - “Alas” com alojamentos.....	35
Figura 6 - Momento de oração promovido pela IURD.....	36
Figura 7 - Culto promovido pelos agentes socioeducativos.....	37
Figura 8 - Culto promovido pelos jovens da Igreja Católica.....	37
Figura 9 - Reportagens sobre a falta de segurança no sistema socioeducativo.....	39
Figura 10 - Representação de uma análise prototípica.....	73
Figura 11 - Representação da análise prototípica das palavras evocadas.....	77
Figura 12 - Análise de similitude para o termo “religião”.....	80
Figura 13 - Nuvem de palavras evocadas para o termo “religião”.....	81
Figura 14 - Palavras com representação de sentido.....	81
Figura 15 - Modelo antigo (corredores com vários alojamentos).....	85
Figura 16 - Modelo SINASE (casas com quatro alojamentos cada).....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formas de produção e difusão de conhecimento.....	58
Quadro 2 - Funções das Representações Sociais.....	61
Quadro 3 - Abordagens de Pesquisas em Representações Sociais – Teoria do Núcleo Central – TNC.....	64
Quadro 4 - Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico.....	66
Quadro 5 - Justificativas para escolha da primeira palavra evocada.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desenvolvimento histórico das leis para adolescentes.....	20
Tabela 2 - Desenvolvimento psicossocial do adolescente.....	24
Tabela 3 - Medidas socioeducativas.....	27
Tabela 4 - Tipos de atendimentos prestados pela FUNASE.....	31
Tabela 5 - Quantitativo Populacional Diário FUNASE - 28/04/2022.....	33
Tabela 6 - Idade e município de residência.....	74
Tabela 7 - Participa ou participou de alguma religião.....	75
Tabela 8 - Grau de escolaridade dos adolescentes.....	75
Tabela 9 - Primeira vez no sistema socioeducativo.....	76
Tabela 10 - Palavras evocadas.....	76
Tabela 11 - Categorias com relação ao termo “religião”.....	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTUALIZANDO ADOLESCENTES E RELIGIÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	15
1.1 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....	22
1.1.1 A fase da adolescência	23
1.2 A SOCIOEDUCAÇÃO.....	26
1.2.1 O sistema socioeducativo no Estado de Pernambuco	30
1.3 O FENÔMENO RELIGIOSO.....	40
1.3.1 Diferença entre Religião, Religiosidade, Espiritualidade e Assistência Religiosa ... 44	
1.3.2 A importância da religiosidade na adolescência e a cultura de paz	48
2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – TRS	53
2.1 CONCEITOS TEÓRICOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	54
2.2 ELABORAÇÃO E FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	58
2.3 ABORDAGENS DE PESQUISAS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	62
2.3.1 Abordagem sociogênica ou processual	62
2.3.2 Abordagem societal	63
2.3.3 Abordagem estrutural ou Teoria do Núcleo Central	64
2.3.3.1 O núcleo central.....	67
2.3.3.2 O sistema periférico.....	69
3. A PESQUISA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE RELIGIÃO	71
3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO.....	71
3.2 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....	72
3.2.1 Caracterização dos participantes	74
3.2.2 Análise prototípica do termo indutor “religião” entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas	76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	90
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE	98
ANEXO B – Questionário	99

INTRODUÇÃO

O Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE de 2017 (2019) informa que o Brasil possui o quantitativo de 143,316 (cento e quarenta e três mil e trezentos e dezesseis) adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Destes, 26,109 (vinte e seis mil e cento e nove) cumprem medidas em regime de privação de liberdade no país. No Estado de Pernambuco, a Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, órgão responsável pelo sistema socioeducativo no Estado, apresenta um quantitativo de mais de 800 (oitocentos) adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em privação de liberdade.

Uma pesquisa etnográfica, com observação não participante, realizada pelo autor e apresentada na XXIV Semana Teológica da UNICAP em 2019 com o tema: A Influência da Religião na Ressocialização das Pessoas Privadas de Liberdade: Relato de Experiências Pentecostais no Presídio Frei Damião de Bozano – PFDB¹, identificou que um considerável quantitativo de pessoas privadas de liberdade no sistema penitenciário de Pernambuco já teve passagem pelo sistema socioeducativo antes da maior idade. Este é um dado que preocupa a sociedade e expõe a ineficácia das práticas socioeducativas. Tendo presente essa ineficácia, indaga-se, portanto, se a religião pode exercer alguma influência na socioeducação, assim como observado no sistema penitenciário, onde a mesma tem grande influência no comportamento dos detentos.

Diante dessa indagação, surge o interesse de estudar a influência da religião no processo da socioeducação. Para tanto, pretendeu-se desenvolver esta pesquisa com a intenção de identificar e analisar a Representação Social – RS da religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Utilizando-se da abordagem estrutural, apresentada por Jean-Claude Abric (1976), que analisa a estrutura das RSs em torno de um Núcleo Central – NC, o presente trabalho é de caráter qualitativo e se desenvolveu em um Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco.

O universo dos participantes foi definido tendo em vista o referido CASE ser uma unidade que tem a capacidade de abrigar um quantitativo de 190 (cento e noventa) adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade – o

¹ <http://www.unicap.br/ocs/index.php/semanateologica/st/paper/view/874/380>.

maior do Estado – e pela facilidade de acesso do autor ao sistema socioeducativo, uma vez que o mesmo faz parte do quadro de agentes socioeducativos da supracitada Instituição.

Situado no campo das Ciências da Religião, a pesquisa tem a intenção de conseguir identificar e analisar a ideia de “religião” como objeto, o que nem sempre é consciente pelo indivíduo. Pretende-se verificar o que a religião representa socialmente para esses adolescentes e qual a influência desta na socioeducação. Sabe-se, a princípio, que a palavra “religião” é derivada do latim e etimologicamente significa religar e aduz à ideia de reatar o relacionamento da criatura com o criador.

Entende-se, inicialmente, que a religião é representada pela prática da religiosidade e se constitui em uma alternativa na promoção de uma cultura de paz no sistema socioeducativo. Sobre essa temática, Júlio F. Mirabete afirma: “[...] concluiu-se que a religião tem, comprovadamente, influência altamente benéfica no comportamento do homem encarcerado e é a única variável que contém em si mesma, em potencial, a faculdade de transformar o homem encarcerado ou livre.”²

Diante disso, intentou-se realizar, ainda no curso de graduação, uma pesquisa etnográfica de observação da religiosidade entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Porém, no decorrer da pesquisa surgiram alguns questionamentos como: onde se origina a prática da religiosidade no sistema socioeducativo? Qual a influência da religião no processo da socioeducação? A religião pode contribuir com a cultura de paz, com a mudança de comportamento, resgate da autoestima e perdão dentro do sistema socioeducativo? Qual é a RS da religião entre esses adolescentes que cumprem medidas socioeducativas?

No intento de encontrar respostas viáveis aos questionamentos que emergiram, procurou-se continuar a pesquisa em nível de mestrado. Desta feita, e com um arcabouço teórico mais amplo, procurou-se delimitar a temática da pesquisa com a intenção de trazer respostas sobre a RS da religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas para o entendimento do significado da religião entre os mesmos e a repercussão disso em suas vidas.

A escolha da Teoria das Representações Sociais – TRS para guiar o estudo se dá porque as RSs são teorias do senso comum e, de acordo com Moscovici (1961), se manifestam na nossa vida cotidiana, nas relações entre os indivíduos, bem como nos meios de comunicação.

² MIRABETE, Júlio Fabrini. Execução Penal. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 83.

Corroborando com isso, Alves-Mazzotti (2008) afirma que o estudo da TRS nos ajuda a “investigar como se formam e como funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar acontecimentos da realidade cotidiana” (p. 20-21). Assim sendo, entende-se que a TRS objetiva explicar os fenômenos humanos a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista a individualidade da pessoa. Portanto, estudar-se-á o fenômeno religioso entre os adolescentes a partir da TRS, procurando evidenciar o NC dessas RSs.

O referido estudo é significativo por integrar três grandes temas de interesse social e acadêmico: a Socioeducação, a Religião e a Teoria das Representações Sociais, no contexto de uma unidade socioeducativa do Estado de Pernambuco que contém em média 180 (cento e oitenta) adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em privação de liberdade.

Para melhor delimitação do tema, o termo “religião”, apresentado nesta pesquisa, terá como referência as religiões cristãs de viés tradicional (Igreja Católica), Pentecostal (Igrejas Evangélicas) e Pós Pentecostal (Igreja Universal do Reino de Deus). Isso se dará pelo fato dessas igrejas marcarem presença nas visitas ao CASE onde foi realizada a pesquisa em apreço.

Além de fomentar reflexões críticas, científicas e metodológicas acerca da prática da religiosidade e sua contribuição para a socioeducação, na perspectiva de alternativa viável através das práticas restaurativas de uma cultura de paz, para favorecer a ressocialização dos adolescentes e jovens autores de atos infracionais, esta pesquisa visa preencher uma lacuna existente na ausência de produções acadêmicas e pesquisas sobre a temática em foco no sistema socioeducativo, principalmente no Estado de Pernambuco, na área das Ciências da Religião.

Com o objetivo de identificar e analisar as RSs da religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no CASE Cabo de Santo Agostinho, será apresentado um estudo acerca da prática socioeducativa e da religiosidade entre os adolescentes; os conceitos teóricos fundamentais da TRS, identificando e problematizando acerca da RS da religião entre eles; e, por fim, uma análise sobre as RSs da religião desses adolescentes, fazendo uso da Teoria do Núcleo Central – TNC de Jean-Claude Abric, indicando possíveis impactos na cosmovisão religiosa dos adolescentes no contexto de vida socioeducativa face a essas mudanças de significados.

Para melhor entendimento, esta pesquisa é sistematizada e os assuntos abordados são desenvolvidos em três capítulos. No primeiro capítulo, os adolescentes no sistema socioeducativo e a religião serão contextualizados, abordando sobre os adolescentes em

conflito com a lei, a socioeducação e o fenômeno religioso. No segundo capítulo, serão apresentadas a Teoria das Representações Sociais e suas abordagens: sociogênica, societal e estrutural ou Teoria do Núcleo Central. Por fim, será apresentada a pesquisa da Representação Social sobre religião através do percurso metodológico, análise dos dados coletados e resultados obtidos.

Destarte, frise-se que para contextualizar o objeto de pesquisa é necessária a utilização de referencial teórico para dar suporte na análise dos dados obtidos. Nesse sentido, trabalhar-se-á com concepções de RSs dos autores clássicos e contemporâneos, como Émile Durkheim (1912), que apresenta os fatos sociais e a representação coletiva, e o psicólogo social Serge Moscovici (1961/1976), que apresenta as RSs como conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum e são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana.

Os desdobramentos abordados a partir da TRS serão apresentados tendo como base a grande teoria, mas trazendo três correntes teóricas complementares que são:

- 1) **abordagem cultural (sociogênica)**, apresentada por Denise Jodelet, que aponta a RS como uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo em vista um objetivo prático, contribui para construir o saber de senso comum ou saber natural;
- 2) **abordagem societal**, apresentada por Willen Doise, que pressupõe a integração de quatro níveis de análise no estudo das RSs, sendo eles: os processos intraindividuais, interindividuais ou situacionais, intergrupais e societais;
- 3) **abordagem estrutural**, apresentada por Jean-Claude Abric, que identifica a estrutura das RSs em torno de um núcleo central (desdobramentos da objetivação) e núcleo periférico (desdobramentos da ancoragem).

Além dos autores supracitados, buscar-se-á entendimentos sobre a temática, em pesquisas como as de Vergès (2005), Celso Sá (2002), Drance Silva (2016), entre outros.

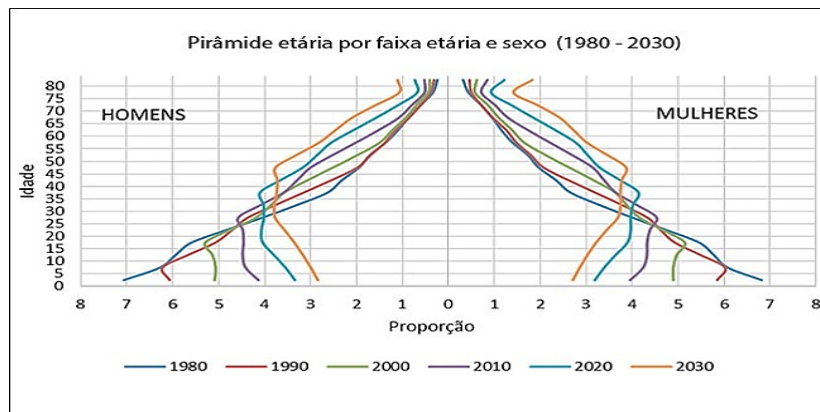
1. CONTEXTUALIZANDO ADOLESCENTES E RELIGIÃO NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

No presente capítulo, pretendeu-se contextualizar o processo dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas. Para melhor entendimento dessa temática, será apresentado um estudo sobre a fase da adolescência, o funcionamento do sistema socioeducativo brasileiro e o contexto sociocultural e econômico desses adolescentes. Em seguida, buscou-se o entendimento do fenômeno religioso, apresentando as diferenças entre religião, religiosidade e assistência religiosa, qual a importância da religiosidade na adolescência e a contribuição da religião para uma cultura de paz. O entendimento das relações entre as temáticas supracitadas é de suma importância para compreensão das representações sociais da religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

De acordo com Mafra (2007), historicamente, crianças e adolescente têm vidas ameaçadas em todo o mundo. E não é diferente no Brasil: crianças mendigando, sendo exploradas no trabalho precocemente e sofrendo violências de todas as formas pelas ruas. A autora ainda acrescenta: “Os séculos XVI, XVII e XVIII, ao registrarem o período da assistência e do atendimento, registram igualmente a orfandade, a exploração, a escravidão e a exposição de crianças que eram enjeitadas e abandonadas nas ruas em locais públicos” (MAFRA, 2007, p. 368).

Nesse período, ainda de acordo com a autora supracitada, as diferentes organizações religiosas que atuavam no país eram responsáveis pelas ações assistenciais e tais ações eram promovidas com um cunho caritativo e asilar. Não existia assistência pública e o Estado era omissivo porque as crianças não promoviam nenhuma preocupação de ordem política (Ibidem).

Até o período do século XX, houve um grande aumento da população infanto-juvenil, chegando a 51% (cinquenta e um por cento) da população em 1890, quando, conforme Mafra (2007), havia o pensamento de investir na criança para transformar a sociedade. Para se ter uma visão mais clara a respeito do quantitativo da população infanto-juvenil no século XIX, observe a figura abaixo:

Figura 1 - Pirâmide etária por faixa etária e sexo (1980-2030)

Fonte: Exame.com (<https://exame.com/brasil/estas-sao-as-decadas-em-que-o-brasil-comecou-a-mudar-de-fato/>).

Observa-se que, até o início do século XX, o quantitativo de crianças e adolescentes da população brasileira era maior que a população adulta. A partir do final do século XIX, a pirâmide começou a estreitar, diminuindo o quantitativo da população infanto-juvenil. Concordando com isso, Abrantes e Santos (2016) comentam que:

A partir de meados dos anos 80, o Brasil passa a ver pela primeira vez uma redução no volume de nascimentos”, afirma Márcio Minamiguchi, demógrafo do IBGE e um dos autores do estudo Retroprojeção da População 1980 - 2000. Isso significa que, no final daquela década, a pirâmide etária brasileira começou a estreitar. Em 1986, o Brasil abrigava 18,5 milhões de crianças com idade entre 0 e 4 anos. No ano seguinte, esse número caiu para 18,3 milhões - retomando o patamar de 1984. Em 2000, o número de crianças nessa faixa etária era de 17,3 milhões³.

Preocupados com o grande quantitativo de crianças e adolescentes, o Estado se mobilizou para implementar ações públicas de proteção às crianças e adolescentes. Assim, no ano de 1923, o Estado aprova o Regulamento da Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinquentes, através do Decreto 16.272 de 20 de dezembro de 1923, que previa a criação de um conselho para Assistência e Proteção aos Menores com a finalidade de vigiar e proteger os menores que saíam das escolas de preservação ou reforma. Além disso, foi criado um Juizado Privativo de Menores com o objetivo de fornecer assistência, proteção, defesa e julgamento dos menores abandonados e delinquentes e versava sobre as condições necessárias para a implantação da escola de reforma, que ficaria subordinada ao juizado.

³ Extraído de: <https://exame.com/brasil/estas-sao-as-decadas-em-que-o-brasil-comecou-a-mudar-de-fato>. Acesso em 04 fev. 2022.

A partir do ano de 1927, entra em vigor o Código dos Menores que, de acordo com Bombarda (2009):

Daria base legal a toda e qualquer ação referente a menores abandonados, delinquentes ou em situação de o ser. O Código dos Menores, também conhecido como Código Mello Mattos, deixa clara a condição do Estado protecionista, liga a situação do menor pobre com a criminalidade, tentando tirar das vistas da sociedade os menores que pudessem tornar-se criminosos, concretizando o vínculo entre assistência social e justiça. O Código dos Menores tinha como objetivo principal “limpar” das vistas da sociedade os menores delinquentes e os delinquentes em potencial, ou seja, aqueles que de acordo com os conceitos existentes na época se tornariam um perigo à sociedade (BOMBARDA, 2009).

O Código de Menores tratava as crianças e os adolescentes como menores abandonados, delinquentes e em situação irregular (MAFRA, 2007). Esse Código enfatizava a obrigação da família em garantir às crianças e adolescentes a condição necessária para que não se tornassem vadios ou delinquentes. Posteriormente, em 1944, foi criado o Serviço de Assistência aos Menores com o objetivo de fornecer assistência social, sob todos os aspectos, em território nacional aos menores desvalidos e infratores das leis penais.

No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas – ONU, no ano de 1948, proclamou a Declaração dos Direitos Humanos, que em seu art. 25, § 2.º declara que devem ser garantidos para a infância direitos a cuidados especiais. No ano de 1959, foi divulgada pela ONU a Declaração dos Direitos da Criança, conscientizando o mundo da importância da proteção integral à criança. Essa declaração continha dez artigos, todos ligados à integridade física, mental e intelectual da criança (BOMBARDA, 2009).

A autora supracitada ainda afirma que, no dia primeiro de dezembro de 1964, foi promulgada a Lei 4.513, que tratava da criação da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que viria a substituir o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. A FUNABEM era uma instituição autônoma, que “herdaria” os bens do SAM, bem como todos os seus funcionários. A FUNABEM tinha como objetivo formular e implementar a Política Nacional para o Bem-Estar do Menor – PNBEM, bem como fiscalizar a real implantação dessa política.

Após três anos da FUNABEM, através da Lei 1.534 de 27/11/67, surge a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM, que tinha por finalidade formular e implantar programas de atendimento a menores em situação irregular nos estados brasileiros, prevenindo-lhes a marginalização e oferecendo-lhes oportunidades de promoção social, sendo vinculada à Secretaria de Estado e Serviço Social. A FEBEM era destinada a prestar assistência ao menor, na faixa etária entre zero e 18 (dezoito) anos de idade.

Sobre a atuação da FUNABEM e da FEBEM, Daniel Boeira (2018) declara:

Com o passar dos anos, a Funabem e suas congêneres estaduais (Febems) começaram a se afastar dos ideais de sua criação, descaracterizadas pela contradição entre a letra da lei e as práticas a partir dela desenvolvidas, prevalecendo o incremento de medidas assistencialistas e repressivas, que incorporaram, legitimaram e agravaram a lógica de ação das instituições que as antecederam (BOEIRA, 2018, p. 149).

Neste sentido, o professor e sociólogo Afro do Amaral Fontoura, em seu depoimento na CPI do Menor, afirma que o “Juizado de Menores, a Funabem, Febem e os correspondentes em cada Estado não têm estrutura para promover reformas tais, ou campanhas nacionais em favor do menor” (BRASIL, 1976, p. 54). Isso porque, de acordo com o professor Fontoura, havia uma clara distinção no tratamento entre as crianças ricas e as pobres na oferta da educação:

Há um problema que sempre me preocupou e sobre o qual ainda não tive oportunidade de falar: para o menino rico, a educação diz respeito ao Ministério da Educação, às Secretarias de Educação; para o pobre, é um problema do Ministério da Justiça e das Secretarias de Justiça. Acho isso absolutamente incompreensível. Do menor rico cuidam as Secretarias de Educação do menor pobre, as Secretarias de Justiça. Seria preciso que esta Comissão iniciasse um movimento no sentido de transferir todo o problema do menor para o Ministério da Educação. Não compreendo esse absurdo de Juizado de Menores tomar conta dessa parte. Educação é com Educação, pois se chama educação. Por que subordiná-la à Justiça? Então, menino pobre tem que ser entregue à Justiça? Por que à Justiça?! É um absurdo! Em muitos Estados brasileiros, até hoje os educandários para menores abandonados são subordinados à Secretaria de Justiça. Considero que problema de educação tem de ser concentrado no Ministério da Educação, nas Secretarias de Educação e nos órgãos de Educação. (BRASIL, op. cit., p. 58).

Para Fontoura, era incompreensível que o Ministério da Educação se preocupasse apenas com a educação do menino rico, enquanto o menino pobre era responsabilidade do Ministério e Secretarias de Justiça. Por estas e outras questões em torno dos problemas da criança e do menor, em 29 de abril de 1975, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor na Câmara Federal. Sobre essa CPI, Daniel Boeira (2018) afirma que:

Inicialmente, a CPI foi denominada “Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor carentes do Brasil”; posteriormente, passou a ser denominada “CPI do menor abandonado” e, finalmente, o nome foi simplificado para “CPI do menor”. As reuniões que lhe deram origem ocorreram entre 19 de junho de 1975 e 10 de abril de 1976. A CPI teve como resultado o relatório chamado “Projeto de Resolução

Número 81, de 1976 (CPI do Menor)”, composto de 669 páginas. O documento contém as seguintes modalidades de textos: relatório com os dados compilados de questionário, respondidos por mais de 1.697 gestores municipais brasileiros que municaram os/as deputados federais; depoimentos das pessoas que tinham ciência do problema; conjunto de reportagens que abordaram o tema da CPI na imprensa brasileira no período. Posteriormente, os referidos questionários foram publicados em uma obra denominada “Realidade Brasileira do Menor”, composta de 259 páginas (BOEIRA, 2018, p. 62).

No relatório da referida CPI, ressaltava-se, dentre tantas falhas, que o Código de Menores de 1927 estava “ultrapassado”, pois existia há mais de 50 anos. Portanto, seria necessária uma mudança não apenas nas condições socioeconômicas da infância e juventude pobre, mas também na legislação brasileira. Cerca de cinco anos mais tarde, precisamente em 10 de outubro de 1979, a Lei nº 6.697 instituiu o Código de Menores de 1979⁴.

Sobre o significado de “pobreza”, o Doutor Samuel Pfromm Netto, psicólogo e professor da Universidade de São Paulo, esclareceu o seguinte em seu depoimento na CPI do Menor:

Não dispomos de nenhum estudo brasileiro sobre o perfil bio-psicossocial de crianças e jovens que crescem na pobreza, mas podemos transcrever trecho do relatório da Comissão Nacional de Higiene Mental dos Estados Unidos que, em 1970, procedeu a levantamento profundo do problema: "Pobreza significa que milhões de crianças são crianças de alto risco, em matéria de saúde física e mental; significa fome e desnutrição, que podem prejudicar o desenvolvimento físico e intelectual, e minar a confiança da criança nos pais e no mundo em que ela vive; significa um lar com muitas pessoas comprimindo-se dentro dele, e um lar misérrimo, que pouco ou nada oferece para que se possa superar as potencialidades crescentemente reduzidas da criança; significa a vida numa vizinhança que provavelmente oferece poucas oportunidades para um brincar sadio, para a intimidade pessoal ou segurança, mas muitas oportunidades para perigo, brutalidade e exposição a comportamentos desviados; significa um apagar de esperanças e perspectivas, um sentimento de exclusão e rejeição, um senso de ódio por causa das injustiças, ou a entrega ao abandono e à fuga; frequentemente significa que a criança recebe pouco ou nenhum cuidado de natureza médica e dental; frequenta escolas de qualidade inferior; tem perspectivas de vida muito limitadas e sombrias, até mesmo antes de sua vida começar (BRASIL, 1976, p. 8).

⁴ BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979 - **Institui o Código de Menores**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm. Acesso em: 20 mar. 2022.

Nove anos mais tarde, em 1988, surge a nova Constituição Federal – CF⁵, conhecida como Constituição Cidadã, onde foi incluso um artigo específico sobre os direitos das crianças, o artigo 227, que aduz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

A Lei responsabiliza a tríade Família, Sociedade e Estado pela proteção integral da criança, adolescente e jovem.

Após a Constituição Federal de 1988, podemos citar duas leis que foram promulgadas e que são de grande importância para a proteção da criança e adolescente: a primeira é a do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990) e a segunda é a do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, recentemente aprovado pela Lei nº 12.594 em 18 de janeiro de 2012, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional, da qual trataremos mais adiante.

Para melhor compreensão do desenvolvimento histórico das leis e políticas voltadas para a criança e o adolescente, apresenta-se a tabela abaixo constando o período e o respectivo evento:

Tabela 1 - Desenvolvimento histórico das leis para adolescentes

PERÍODO	EVENTO
Até 1500	Para os indígenas, a responsabilidade das crianças era dos pais e da tribo.
1501 1600	Adolescentes abandonados e marginalizados eram trazidos de Portugal para o Brasil.
1601 1700	A categoria de infância se consolida, porém, ainda em condições de inferioridade e de submissão em relação aos adultos.
1726	Roda dos Expostos, onde eram colocadas as crianças enjeitadas.
1871	Lei do Ventre Livre. Código Imperial da República (penalização entre 9 e 14 anos).
1879	Ensino primário (obrigatoriedade nas idades de 7 a 14 anos).

⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 mar. 2022.

1899	Instituto de Proteção e Assistência à Infância.
1922	Primeiro Estabelecimento Público para Menores (Rio de Janeiro).
1923	Criação do primeiro Juizado de Menores.
1924	Criação do Tribunal de Menores. Aprovação da Declaração de Genebra.
1927	Código de Menores ou Código Mello Mattos (menor: carente, delinquente, infrator).
1934	Constituição de 34 Reforma Penal (maioridade penal de 9 para 14 anos).
1940	Decreto-lei nº 2.848 (maioridade penal elevada para 18 anos).
1942	Legião Brasileira de Assistência – LBA. Serviço de Assistência ao Menor – SAM.
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos.
1950	UNICEF no Brasil (instalado em João Pessoa – PB).
1959	Declaração Universal dos Direitos da Criança.
1964	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM.
1967	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM (Lei 1.534 de 27/11/67).
1976	CPI do Menor.
1977	Pastoral do Menor.
1979	Instituição do Ano Internacional da Criança Definido pela ONU. Novo Código de Menores (criança e adolescente em situação irregular).
1983	Pastoral da Criança (CNBB).
1988	Constituição Federal do Brasil.
1989	Convenção Internacional dos Direitos da Criança.
1990	Promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal 8.069). Criação da Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças e Adolescentes.
1992	Criação do CONANDA - O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
2006	Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.
2006 2012	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.
2011 2020	Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Fonte: <https://educacaoeterritorio.org.br/materiais/linha-do-tempo-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil>.

(adaptado pelo autor).

Destaca-se, dessa linha do tempo, a criação da Pastoral do Menor (1977), serviço da Igreja Católica voltada para o atendimento de diferentes situações como: saúde, terra, trabalho, moradia, crianças e adolescentes. Iniciou-se em São Paulo, no ano de 1977, tendo como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”. Seu lema é "Quem acolhe o menor a mim me acolhe". A Pastoral do Menor está inserida dentro das Pastorais Sociais e é um serviço da Igreja Católica voltado para as diferentes situações sociais enfrentadas pelas nossas crianças e adolescentes que, na Pastoral, permaneceram com o nome de “menores”.

Outro destaque se dá à criação da Pastoral da Criança (1983), entidade social criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ligada à Comissão Episcopal, para o serviço da caridade, da justiça e da paz, onde exercita-se práticas referentes à saúde, à alimentação, à educação, à cidadania e à espiritualidade da faixa infantil, que compõe os grupos mais miseráveis.

As tarefas desenvolvidas pela Pastoral da Criança têm como objetivo atender às crianças carentes desde o momento da gestação até os seis anos de idade, zelando por uma existência qualitativa e pelo progresso pessoal de cada uma. As famílias também são assistidas em suas necessidades, na melhoria de suas condições, na compreensão de seus direitos e obrigações e na erradicação da violência dentro do lar.

Os destaques se deram pelo fato das duas entidades se apresentarem como instituições de caráter religioso e trabalharem com crianças e adolescentes, público alvo desta pesquisa.

1.1 ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

De acordo com Souza e Rezende (2012):

A adolescência é a fase mais complexa e dinâmica do ponto de vista físico e psicológico na vida do ser humano. Do ponto de vista psicológico, [...] o adolescente passa por desequilíbrios e instabilidades, demonstrando períodos de elevação e de introversão, alternando entre audácia, timidez, descoordenação, urgência, desinteresse ou apatia, que se sucedem ou são concomitantes com conflitos afetivos, crises religiosas, intelectualizações e postulações filosóficas (SOUZA; RESENDE, 2012, p. 96).

Seguindo com esse pensamento, entende-se que o adolescente que cometeu um ato infracional o fez no momento de desequilíbrio e instabilidade. No entanto, não se pode afirmar que tal ato foi realizado inconscientemente pelo adolescente e que o mesmo não deva ser responsabilizado pelo que fez. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1998), no art. 103, a conduta descrita como crime ou contravenção penal praticada pelo adolescente é considerado ato infracional, pois os menores de 18 (dezoito) anos são penalmente inimputáveis.

Portanto, para aplicação de medida de internação, deve-se observar se o referido ato foi cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; se foi reiteração no cometimento de outras infrações graves; ou se foi descumprimento reiterado e injustificável de alguma medida anteriormente imposta, conforme o art. 122 do ECA.

1.1.1 A fase da adolescência

Sabe-se que a adolescência é um período de enorme transição e grandes mudanças do desenvolvimento físico, cognitivo, emocional, social e moral. Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS, a adolescência está circunscrita à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Conceitos que se desdobram identificando adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos) (BRASIL, 2007). Diferindo da OMS, o ECA (1990) define, em seu artigo 1º, que a adolescência é o período compreendido entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos.

De acordo com a Sociedade de Pediatria do Estado do Rio de Janeiro – SOPERJ (2019)⁶, o adolescente tem seu desenvolvimento a partir de cinco áreas específicas:

- 1) **desenvolvimento físico**, onde ocorrem alterações hormonais e no desenvolvimento do corpo;
- 2) **desenvolvimento cognitivo**, onde ocorrem alterações no modo de funcionamento do cérebro;
- 3) **desenvolvimento emocional**, como os adolescentes processam emoções e estresse;
- 4) **desenvolvimento social**, onde ocorrem mudanças nos relacionamentos familiares, sociais e afetivos;
- 5) **desenvolvimento moral e de valores**, como o adolescente avalia seu lugar no mundo.

É de suma importância conhecer cada fase do desenvolvimento da criança e do adolescente para entender seu comportamento e suas ações através de seu histórico de vida familiar e social. Nesse sentido, observa-se que o adolescente em conflito com a lei é vítima da sociedade, pois lhe foram negados os direitos fundamentais básicos assegurados pelas leis vigentes de âmbito nacional e internacional.

As fases que compreendem a adolescência são de grande complexidade e, conforme a SOPERJ (2019), é importante destacar que:

Essas cinco áreas frequentemente se sobrepõem e fazem interseção entre si. Por exemplo, adolescentes que lutam contra a depressão e/ou a ansiedade também podem ter problemas com os seus trabalhos escolares, com seus pais, colegas, e com a saúde física, podendo então perder interesse pelas

⁶ Cartilha O Desenvolvimento do Adolescente. Extraído de: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/O_Desenvolvimento_do_Adolescente_-_18_09_2019_-_Final.Pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

atividades que costumavam gostar. Os adultos precisam entender esta complexidade, responder de modo compreensivo, e procurar ajuda profissional para estes adolescentes, se necessário. (Ibidem).

Observa-se que é necessário o entendimento dessa complexidade para que se possa reagir de maneira compreensiva e encaminhar o adolescente a um profissional habilitado e, assim, ajudá-lo a enfrentar esta fase de forma a não causar nenhum trauma no presente, nem no futuro do adolescente. O problema reside exatamente na ausência dos direitos fundamentais básicos, como citado acima, desde a fase da infância, persistindo na adolescência e juventude. O resultado dessa ausência é demonstrado na superlotação dos centros socioeducativos e dos presídios em todo o país.

Conforme entendimento do pediatra Hugo de Castro Faria (2015), do ponto de vista psicossocial e cognitivo, ocorrem passos fundamentais no desenvolvimento do adolescente, tais como a construção da identidade, onde se define a personalidade, os valores, a identidade sexual e vocacional/profissional. Ainda, de acordo com o referido pediatra, nesta fase, o adolescente vai adquirindo, simultaneamente, autonomia e assumindo responsabilidades, decisões e tarefas que eram desempenhadas pelos pais. Ocorre ainda o desenvolvimento do pensamento abstrato e a capacidade de desempenhar processos de raciocínio complexos.

A tabela abaixo mostra algumas características do desenvolvimento psicossocial do adolescente:

Tabela 2 - Desenvolvimento psicossocial do adolescente

IDADE	Adolescência Inicial ou Precoce	Adolescência Média	Adolescência Final ou Tardia
	10 aos 12 anos	13 aos 16 anos	Acima de 17 anos
Independência	Diminui interesse pelas atividades com os pais	Conflito com os pais	Reaceitação dos valores parentais
Imagem Corporal	Preocupação consigo e com as mudanças puberais	Aceitação do corpo	Aceitação das mudanças puberais
	Insegurança acerca da aparência	Preocupação em torna-lo mais atraente	-
Grupo	Relação intensa com amigos do mesmo sexo	Comportamento conforme valores do grupo	Valores dos pares menos importantes
	Atividade sexual e experimentação	Mais tempo em relações íntimas	-
Identidade	Desenvolvimento da inteligência. Aumenta o mundo da fantasia	Desenvolvimento da habilidade intelectual	Vocação realista prática
	-	Onipotência	Refinamento dos valores sexuais, religiosos e morais
	Vocação idealizada	Comportamentos de risco	-
	Aumenta a necessidade de privacidade	-	Habilidades para assumir compromissos e

			para aceitar limites
	Impulsividade	-	-

Fonte: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-444.html#> (adaptado pelo autor).

Observa-se que a tabela acima apresenta o desenvolvimento psicossocial do adolescente com algumas características pertinentes, como: independência, imagem corporal, grupo de pertencimento e identidade. Em cada fase da adolescência (inicial, que vai dos 10 aos 12 anos; média, que vai dos 13 aos 16 anos e final, a partir dos 17 anos), essas características vão se modificando ou desaparecendo e dando lugar a novas características.

Concordando com esse ponto de vista, a médica pediatra com especialização em adolescência Júlia Cordellini (2009), afirma que a formação da identidade pessoal, sexual e profissional é a tarefa mais importante a ser construída pelo adolescente:

A tarefa mais importante a ser construída, pelo adolescente, ao longo desse ciclo da vida, é a formação da identidade pessoal, sexual e profissional, que dará a cada um a possibilidade de ser único (a). É necessário aprender a se conhecer dentro deste novo corpo e cabeça, valorizar suas qualidades e respeitar seus limites, para melhor se cuidar e fazer escolhas. As escolhas são feitas baseadas nos valores de cada pessoa, mas sofre influência do ambiente em que se vive, dos amigos, da mídia e até de como está a autoestima e a autoimagem naquele momento. (CORDELLINI, 2009).

Destarte, deve-se ensinar o adolescente a caminhar com as próprias pernas, pois ele terá que pensar por si mesmo e tomar decisões que definirão o presente e grande parte da vida adulta. No entanto, existem vários fatores que predisõem esta população à prática e ao comportamento violento: conflitos familiares, desemprego na família, histórico de alcoolismo por parte dos pais, violência no meio social, repetência escolar, comportamento antissocial, impulsividade, envolvimento com brigas no passado, além do consumo de drogas que, de acordo com Gallo e Williams (2005), apresentam componentes que levam à agressividade e podem levar a episódios psicóticos de mania.

Nesse sentido, vários estudos mostram que o perfil dos adolescentes que cometem atos infracionais se destaca da seguinte maneira: sexo masculino, idade entre 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos, negros, de família monoparental, de baixa renda, moradores de região periférica e com baixo nível de escolaridade. Os estudos ainda mostram que os principais atos infracionais cometidos por esses adolescentes são roubo, tráfico de drogas e homicídio (NARDI, JAHN e DELL'AGLIO, 2014; SOUZA, 2016; DAMBROS *et al.*, 2018). No mesmo assentido destes autores, o Doutor em Psicologia Clínica e psicanalista Contardo Calligares

(2000) afirma que os adolescentes que cometem atos infracionais buscam, com a transgressão da lei, serem considerados adultos. Sendo assim, buscam afirmar que são independentes dos pais e donos de suas próprias vidas.

1.2 A SOCIOEDUCAÇÃO

No ano de 1941, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM para centralizar toda a assistência relacionada aos menores. Conforme Cunha e Dazzani (2018), o SAM ficou conhecido como “escola do crime” e “sucursal do inferno” apesar de possuir um enfoque repressor. No ano de 1964, o SAM deu lugar à Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que tinha a proposta de ser uma entidade assistencial e educativa. Concordando com essa afirmativa, Guimarães (2017) acrescenta:

O SAM, por seu lado, fracassou e foi extinto em 1964, por não cumprir o papel de proteção à criança. Com o mesmo propósito foi criada, nesse ano, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), efetivando a transição entre os Códigos de 1927 e 1979 (Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979), que dispôs sobre a proteção do “menor em situação irregular”. De caráter normativo e supervisor, a FUNABEM tinha como objetivo a formulação e implantação de uma política nacional do bem-estar do menor, passando a supervisionar todas as entidades públicas e privadas que prestavam atendimento à criança e ao adolescente. A execução dessas políticas ficava a cargo das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM). Como exemplo das ações de caráter filantrópico, os médicos vinculados eram responsáveis por intervenções extra asilares, voltadas para as famílias pobres no sentido de prevenir o abandono de crianças, a educação inadequada e a delinquência. (GUIMARÃES, 2017, p. 115).

Somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Brasil consolidou o reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Em 1990, com a Lei nº 8.069 de 13 de julho, surge o ECA⁷, que substituiu o termo “menor” e adota o termo “criança” para pessoas até 12 (doze) anos de idade incompletos e o termo “adolescente” para aquela entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos de idade. O ECA também altera o termo “infrator” para “autor de ato infracional” e a estes devem ser aplicadas medidas socioeducativas, conforme Costa (2006a), Figueiredo, (2011) e Oliveira (2010), citados por Cunha e Dazzani (2018).

Observa-se que o ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente e aduz, em seu artigo 5º, que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma

⁷ BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 20 mar. 2022.

de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ECA, 1990).

De acordo com Morelli, Silvestre e Gomes (2000), citados por Janete Kaminski (2012), ao substituir o código de menores, o ECA:

Inaugurou uma nova concepção de infância e adolescência, enfatizou a abordagem educativa e a garantia de direitos de cidadania, contrapondo-se à antiga visão repressiva e punitiva da legislação anterior. Abandonou também a visão assistencialista e introduziu importantes inovações no atendimento a criança e ao adolescente com a garantia de direitos que possam promover o desenvolvimento físico, moral, mental e social e ainda, garantia de liberdade e dignidade. Não mais orientado para o atendimento aos menores, mas agora a todas as crianças e adolescentes, independentemente da situação. (MORELLI; SILVESTRE; GOMES, 2000 apud KAMINSKI, 2012, p. 90).

Kaminski (2012) afirma que o ECA pauta a garantia de acesso aos direitos sociais na CF de 1988, ampliando o campo de atenção e determinando a criação de novos mecanismos que garantam além dos direitos, espaços de discussão, deliberação e controle das políticas públicas com a criação de Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (p. 90).

Conforme aduz o ECA, poderão ser aplicadas seis medidas socioeducativas para os adolescentes entre 12 (doze) a 18 (dezoito): advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Medidas socioeducativas

NOME DA MEDIDA	ARTIGOS DO ECA	DISCRIMINAÇÃO DA MEDIDA
Advertência	Art. 115	Consiste em admoestação verbal
Obrigação de reparar o dano	Art. 116	Restituição ou ressarcimento do dano
Prestação de serviços à comunidade	Art. 117	Realização de tarefas gratuitas por período não excedente a seis meses
Liberdade assistida	Arts. 118 e 119	Acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por, no mínimo, seis meses
Inserção em regime de semiliberdade	Art. 120	Inserção em instituição com restrição parcial da liberdade
Internação	Arts. 121 a 125	Internação em instituição com privação total da liberdade

Fonte: (BRASIL, 1990). Adaptado pelo autor.

Conforme Bisinoto *et al.* (2015), a noção de socioeducação surge pela primeira vez na legislação brasileira por meio do ECA com a implementação das medidas socioeducativas, onde contempla a organização estrutural e o funcionamento das instituições de atendimento (p. 576). Sabe-se que o termo “socioeducação” foi utilizado pela primeira vez pelo pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, que foi responsável por uma unidade da FEBEM no Estado de Minas Gerais em 1977 (RANIERE, 2014 apud CUNHA; DAZZANI, 2018).

Sabe-se que Antônio Carlos, juntamente com sua esposa, Maria José, que também era pedagoga, tiveram grande preocupação com a reincidência dos adolescentes infratores. E na tentativa de buscar respostas e encontrar caminhos na educação para evitar a reincidência, se debruçaram nos conceitos e métodos que levassem à uma educação eficaz para ressocialização desses jovens infratores. Dá-se início a um experimento com jovens infratores, que Antônio Carlos descreve-o em seu livro *Aventura Pedagógica*, escrito em 1990. A esse respeito, Raniere (2014) afirma:

A experiência de Makarenko com jovens infratores o encoraja a fazer o mesmo, e ele inicia um experimento análogo, que cartografa em seu livro *Aventura Pedagógica*, de 1990, o qual dedica a Makarenko. Sua iniciativa obteve êxito, o que lhe trouxe notoriedade nacional, a presidência da FEBEM e o convite para a relatoria do ECA, no qual introduz o conceito de socioeducação, frisando o cunho pedagógico e emancipatório da nova política destinada aos adolescentes autores de ato infracional. Da fusão entre esse novo termo e a nomenclatura utilizada desde os Códigos de Menores (medida) resultou a expressão Medida Socioeducativa. (RANIERE, 2014 apud CUNHA; DAZZANI, 2018, p. 77).

Conforme Gomes (2009), citado por Cunha e Dazzani (2018), a medida socioeducativa apresenta uma dupla finalidade: a sancionatória, que aplica sanções, como privação de liberdade e outras, mediante responsabilização do adolescente pelo ato cometido; e a correccional, que garante ao adolescente infrator uma educação para a não reincidência. Essa inovação foi feita a partir da justaposição da Escola Clássica e da Escola Positivista. Esta tinha a visão de curar e regenerar, enquanto aquela trabalhava com o aspecto punitivo pelo ato cometido.

Assim, percebe-se que há diferenças na visão das duas Escolas sobre o indivíduo: enquanto a Escola Clássica acredita que o sujeito tem livre arbítrio para escolher entre o certo e o errado, a Escola Positivista leva em conta as características biológicas e/ou psicológicas do indivíduo. Ou seja, os sujeitos mais propensos a cometer crimes são aqueles que não se enquadram no conceito de sujeito médio.

Nesse sentido, a Escola Clássica considerava o sujeito que descumpria as leis previamente sancionadas e violava as condutas sociais era infrator, afrontando o contrato social. Já a Escola Positivista considerava que o sujeito que descumpria as leis previamente sancionadas e violava as condutas sociais agiam assim por causa de sua classe social e do ambiente onde vive, por exemplo. Isso é motivo suficiente para justificar suas ações, de acordo com os pesquisadores desta Escola (COSTA; SILVA FILHO, 2021).

Com relação ao ECA, promulgado em 1990, ainda existia uma ausência de uma normativa que norteasse a política socioeducativa no país. Somente 16 (dezesesseis) anos após o ECA, essa normativa foi publicada: o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE⁸. Um “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p. 22). E foi aprovado somente em 2012, pela Lei nº 12.594. Cunha e Dazzani (2018) comentam que:

A socioeducação compreende o conjunto de processos de cunho educativo, teoricamente fundamentados, metodologicamente sistematizados, ideologicamente alicerçados na convicção de que o indivíduo pode se transformar através da ação educativa, direcionados a adolescentes e jovens, que praticaram atos delinquentes, que possuem as seguintes finalidades:

(i) a incorporação de valores e princípios éticos, morais e civis, tais como: a tolerância, o respeito, a responsabilidade, a justiça, a civilidade, a paz, a fraternidade e o valor à vida, que referenciem a adoção de padrões de conduta aceitos e legitimados pela sociedade;

(ii) a aquisição de competências pessoais, sociais e relacionais que lhes permitam conduzir suas vidas de forma social e juridicamente responsável, sem transgredir as normas de convivência social tipificadas na legislação como crime ou contravenção penal;

(iii) a ressignificação dos sentidos atribuídos à infração, o afastamento do universo da criminalidade, o enfraquecimento e rompimento dos vínculos com esse mantidos e a definitiva desistência da prática de atividades ilícitas e delituosas;

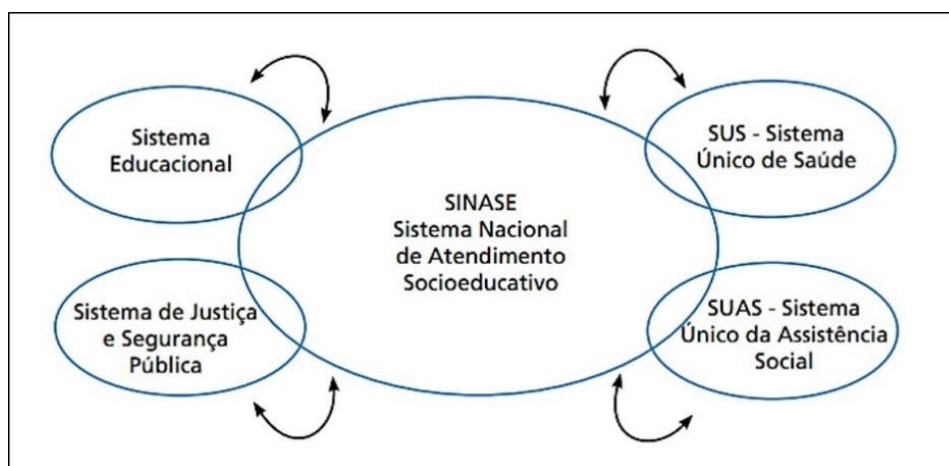
(iv) a construção de um projeto de vida incompatível com a criminalidade, caracterizado pelo estabelecimento de um novo compromisso consigo mesmo, com a lei e com a coletividade e pelo cultivo de um sentimento de pertença a uma comunidade e seus valores.

Trocando em miúdos, a socioeducação é a educação para a não reincidência infracional (Op. cit., p.78).

⁸ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: CONANDA, 2006. Extraído de: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Observa-se que apenas a educação em si não apresenta grande eficácia na mudança de vida do adolescente que cumpre medida socioeducativa. O SINASE aduz o entendimento da necessidade de envolver a família, a sociedade e uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais, conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 2 - Sistema de Garantia de Direitos



Fonte: SINASE, 2006, p. 10.

Percebe-se a necessidade de projetos e ações como escolarização, profissionalização, atendimento psicológico, assistência religiosa, dentre outras, para promover a construção de novos vínculos sociais, além do acesso à garantia de direitos preconizados na Lei. Concordando com essa afirmativa, Marcela M. Rodrigues e Ângela C. L. Mendonça (2008) apresentam o objetivo da ação socioeducativa:

Assim, pode-se dizer que a ação socioeducativa constitui-se num processo que tem por objetivo preparar a pessoa em formação (adolescentes) para assumir papéis sociais relacionados à vida coletiva, à reprodução das condições de existência (trabalho), ao comportamento justo na vida pública e ao uso adequado e responsável de conhecimentos e habilidades disponíveis no tempo e nos espaços onde a vida dos indivíduos se realiza. (RODRIGUES; MENDONÇA, 2008, p. 199).

Assim, é necessário um conjunto de ações educativas articuladas com as práticas da educação e a necessidade do adolescente à vida política e social, individual e coletiva que permita a inclusão do adolescente que cometeu ato infracional na sociedade como um “adolescente-cidadão protagonista de sua realidade e comprometido com a modificação do mundo que o cerca”. (Ibidem, p. 201).

1.2.1 O sistema socioeducativo no Estado de Pernambuco

Em Pernambuco, o órgão responsável pelo atendimento do adolescente/jovem sob medida socioeducativa de restrição e/ou privação de liberdade é a FUNASE. O órgão tem suas raízes no antigo Serviço Social do Menor, que era vinculado à época ao Juizado de Menores da Capital. Era denominada de Fundação da Criança e do Adolescente de Pernambuco – FUDAC, mas, através da Lei Complementar nº 132 de 11 de dezembro de 2008, passou por uma reestruturação tendo seu nome foi modificado para FUNASE⁹.

Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ de Pernambuco, a FUNASE tem a missão de planejar e executar o programa socioeducativo destinado aos adolescentes envolvidos e/ou autores de ato infracional sob medida de internação e de semiliberdade, assegurando a assistência e promoção de seus direitos fundamentais através de ações articuladas com a sociedade civil organizada e instituições públicas e privadas no Estado de Pernambuco. Sendo assim, as ações da FUNASE são legalmente orientadas principalmente pelo ECA, CONANDA e SINASE, além dos dispositivos legais da socioeducação regional e nacional para a operacionalização das medidas socioeducativas no Estado de Pernambuco. (Op. cit., p. 8).

A visão da FUNASE consiste em ser referência nacional até 2024 pela sua capacidade de atender adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, consolidando a cultura de paz como princípio norteador da socioeducação. Foram estabelecidos como valores institucionais a perseverança, a resiliência, a credulidade, a criatividade, o comprometimento e a ética. Com relação ao público atendido pela FUNASE, são adolescentes e jovens do sexo masculino e feminino de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos de idade – e excepcionalmente até 21 anos de idade incompletos – envolvidos e/ou autores de ato infracional com privação ou restrição de liberdade no Estado de Pernambuco.

Compete à FUNASE a prestação do atendimento inicial e da internação provisória dos(as) adolescentes/jovens envolvidos(as) ou autores(as) de ato infracional e também o planejamento e a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação, conforme descrito na tabela abaixo:

Tabela 4 - Tipos de atendimentos prestados pela FUNASE

MODALIDADES DE ATENDIMENTO	DESCRIÇÃO	LOCAL	PERÍODO
-----------------------------------	------------------	--------------	----------------

⁹ (FUNASE, 2018). Extraído de: https://www.funase.pe.gov.br/images/legislacao/PROPOSTA_PEDAGOGICA_DA_FUNASE.pdf.

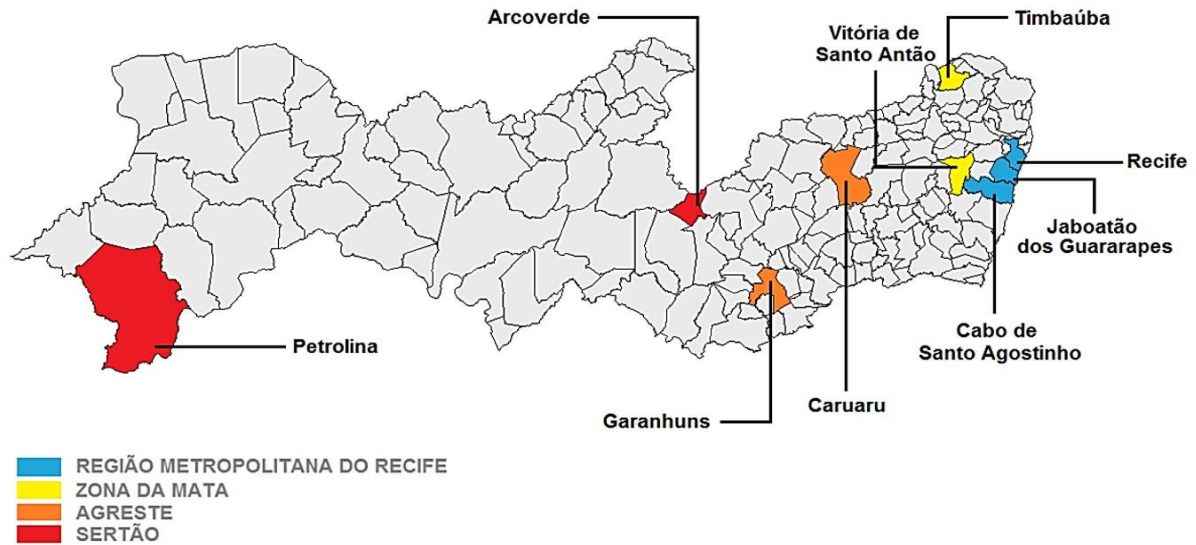
Atendimento Inicial	Refere-se ao período após o flagrante do ato infracional, quando o(a) adolescente/jovem – em caso de não ser liberado de imediato – deverá aguardar, em privação de liberdade, a apresentação ao representante do Ministério Público em até 24 horas.	Unidade de Atendimento Inicial – UNIAI	Máximo de cinco dias
Internação Provisória	Medida de natureza cautelar imposta judicialmente aos(as) adolescentes/jovens envolvidos em ato infracional quando há indícios suficientes de autoria e materialidade do ato infracional.	Centros de Internação Provisória – CENIP	Máximo de 45 dias
Medida de Semiliberdade	Pode ser determinada como primeira medida ou como forma de transição para o meio aberto. A escolarização e a profissionalização são obrigatórias e devem dispor dos recursos existentes na comunidade, independente de autorização judicial.	Casas de Semiliberdade – CASEM, residências em bairros comunitários com capacidade máxima para 20 adolescentes/jovens	Máximo de três anos ou a idade de 21 anos, devendo ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses.
Medida de Internação	Constituída como privativa de liberdade e sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.	Desenvolvida nos Centros de Atendimento Socioeducativo – CASE	Máximo de três anos ou 21 anos, devendo ser reavaliada, no máximo, a cada seis meses.

Fonte: adaptado pelo autor.

A ação socioeducativa da FUNASE está estruturada em oito eixos estratégicos: 1) Suporte Institucional e Pedagógico; 2) Diversidade Étnico-Racial, de Gênero e Afetivossexual; 3) Educação; 4) Esporte, Cultura e Lazer; 5) Saúde; 6) Abordagem Familiar e Comunitária; 7) Profissionalização, Trabalho e Previdência; 8) Segurança.

A FUNASE possui 23 (vinte e três) unidades, distribuídas por tipos de atendimento, no Estado de Pernambuco, conforme mapa abaixo:

Figura 3 - Mapa distribuição das unidades da FUNASE em PE



Fonte: Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

As unidades da FUNASE são divididas em:

- **UNIAI:** Unidade de Atendimento Inicial;
- **CASE:** Centro de Atendimento Socioeducativo;
- **CENIP:** Centro de Internação Provisória;
- **CASEM:** Casa de Semiliberdade.

E são distribuídos conforme tabela abaixo:

Tabela 5 - Quantitativo Populacional Diário FUNASE - 28/04/2022

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	UNIDADE DE ATENDIMENTO INICIAL	CAPACIDADE	FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
METROPOLITANO – RDM	UNIAI – Recife	15	12 a 18 anos	05
Total		15	-	05
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	UNIDADES DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	CAPACIDADE	FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
METROPOLITANO – RDM	CENIP – Santa Luzia – Recife (F)	45	12 a 18 anos	03
	CENIP – Recife	120	12 a 18 anos	61
AGRESTE CENTRAL – RDAC	CENIP – Caruaru	60	12 a 18 anos	13
MOXOTÓ – RDMX	⁽¹⁾ CASE/CENIP – Arcoverde	05 ⁽²⁾	12 a 18 anos	03
AGRESTE MERIDIONAL – RDAM	⁽¹⁾ CASE/CENIP – Garanhuns	20	12 a 18 anos	03
SÃO FRANCISCO – RDSF	CENIP – Petrolina	33	12 a 18 anos	03
Total		283	-	86

REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	UNIDADES DE INTERNAÇÃO	CAPACIDADE	FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
METROPOLITANO – RDM	CASE – Santa Luzia – Recife (F)	45	12 a 18 anos	19
	CASE – Cabo de Santo Agostinho	190	17 anos e 6 meses a 18 anos	172
	CASE - Pirapama	72	16 a 17 anos e 5 meses	64
	CASE – Jaboatão dos Guararapes	72	12 a 15 anos e 6 meses	29
MATA NORTE – RDMN	CASE – Timbaúba	60	16 a 18 anos	49
MATA SUL – RDMS	CASE – Vitória de Santo Antão	72	15 a 16 anos incompletos	37
AGRESTE CENTRAL – RDAC	CASE – Caruaru	100	12 a 18 anos	64
MOXOTÓ – RDMX	⁽¹⁾ CASE/CENIP – Arcoverde	21 ⁽²⁾	12 a 18 anos	21
AGRESTE MERIDIONAL – RDAM	⁽¹⁾ CASE/CENIP – Garanhuns	81	12 a 18 anos	46
SÃO FRANCISCO – RDSF	CASE – Petrolina	40	4012 a 18 anos	06
Total		753	753	507
REGIÃO DE DESENVOLVIMENTO	UNIDADES DE SEMILIBERDADE	CAPACIDADE	FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO
METROPOLITANO – RDM	CASEM – Santa Luzia – Recife (F)	20	12 a 18 anos	08
	CASEM – Rosarinho	20	12 a 16 anos incompletos	15
	CASEM – Harmonia	20	17 e 7 meses a 18 anos	17
	CASEM – Areias	20	16 a 17 anos e 6 meses	14
	CASEM – Iputinga	20	17 e 7 meses a 18 anos	16
AGRESTE CENTRAL – RDAC	CASEM – Caruaru	20	12 a 18 anos	02
AGRESTE MERIDIONAL – RDAM	CASEM – Garanhuns	20	12 a 18 anos	04
SÃO FRANCISCO – RDSF	CASEM – Petrolina	20	12 a 18 anos	03
Total		160	–	79
Total Geral		1.211	–	677

(1) Unidades Integradas de Atendimento: Internação e Internação Provisória.

(2) Capacidade estimada do total de 26 disponíveis.

Fonte: FUNASE¹⁰.

Para melhor entendimento e aprofundamento da temática, faz-se necessário o conhecimento do contexto em que vivem os adolescentes, sujeitos desta pesquisa: a capacidade populacional máxima do CASE Cabo de Santo Agostinho é de 190 (cento e noventa) adolescentes.

Figura 4 - CASE Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Folha de Pernambuco.

¹⁰ Extraído de: https://www.funase.pe.gov.br/images/estatisticas/quantitativodiario/2022/maio_2022/Quantitativo_Di%C3%A1rio_-_22.05.22.pdf.

No referido centro, existem quatro espaços de convivências, conforme descrito abaixo:

- **No primeiro espaço** existem duas “alas”¹¹ com cinco alojamentos cada, num total de 10 (dez) alojamentos;
- **No segundo espaço** existem cinco “alas” com oito alojamentos em cada, num total de 40 (quarenta) alojamentos;
- **No terceiro espaço** existem duas “alas” com 12 (doze) alojamentos cada, num total de 24 (vinte e quatro) celas. Mas neste espaço ainda existem dois alojamentos que podem servir para um possível isolamento de algum adolescente ou como alojamento dos “varões” ou “evangélicos”, como se denominam.
- **No quarto espaço** existem quatro “alas” com 10 (dez) alojamentos cada, num total de 40 (quarenta) alojamentos.

Figura 5 - “Alas” com alojamentos



Fonte: Garanhuns Notícias (jc.ne10.uol.com.br).

No somatório total, verifica-se que o CASE onde se desenvolveu a pesquisa possui 116 (cento e dezesseis) alojamentos distribuídos nos quatro espaços de convivências e ainda possui uma quadra poliesportiva para práticas de futebol e, aos sábados, serve para ambiente onde os adolescentes recebem visitas de seus familiares.

Cumprindo medidas socioeducativas em regime fechado, os adolescentes vivem uma rotina diária iniciada às 07:00h da manhã, quando são liberados dos dormitórios para ficar na “ala”, espaço comum a todos os adolescentes, onde lhes são servidos o desjejum.

Durante uma hora, pela manhã ou tarde, são liberados da “ala” para “tomar banho de sol” – jogar futebol na quadra de esportes ou realizar outra atividade a gosto –, enquanto os demais das outras “alas” participam das aulas na escola situada no interior da Unidade Socioeducativa. Às 17:00h é servido o jantar e todos são trancados em seus respectivos alojamentos.

¹¹ Corredores com alojamentos (celas) em ambos os lados.

Evita-se ao máximo a mistura de adolescentes de “espaços” diferentes no mesmo ambiente para não suscitar conflitos entre eles, pois cada “ala” tem seu “representante”¹² e regras diferenciadas. Nas quartas-feiras, sábados e domingos, eles recebem visitas dos familiares.

No decorrer da semana ainda participam de atendimento com a equipe técnica para avaliação e preenchimento do Plano Individual de Atendimento – PIA, instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças e adolescentes afastados dos cuidados parentais sob proteção de serviços de acolhimento, podendo se comunicar com um familiar uma vez por semana através do uso do telefone.

Acontece ainda, durante a semana, visitas dos familiares, bem como a assistência religiosa com visitas de algumas instituições, principalmente os representantes da Igreja Pós Pentecostal Igreja Universal de Reino de Deus – IURD, pregando, lendo a Bíblia, cantando e realizando orações em cada ala juntamente com os adolescentes que aceitam participar das reuniões. Na ocasião, entregam livros e Bíblias aos adolescentes. Vale a pena salientar que entre os adolescentes existem aqueles que se declaram “varões”¹³ por exercer uma religiosidade dentro da unidade; estes são isentos de praticar algumas “regras”¹⁴, exigidas pelo “representante da ala”, e tentam viver de maneira diferenciada dos demais.

Seguem, para melhor compreensão, imagens de momentos religiosos entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas¹⁵.

Figura 6 - Momento de oração promovido pela IURD



Fonte: Arquivo do autor.

¹² Adolescente chamado de “O Doido”, que se autoproclama “o comando do espaço” e exige respeito e subserviência dos demais adolescentes.

¹³ Adolescentes que se declaram evangélicos.

¹⁴ Espancamentos, tumultos, fugas da unidade, dancinhas com coreografias, dentre outras.

¹⁵ As imagens não são exclusivas da unidade pesquisada, mas de unidades em que o pesquisador teve acesso para registro fotográfico.

Os irmãos da IURD fazem cultos com cânticos, leitura e explanação da Bíblia e orações. Após a leitura e explanação do texto bíblico, o pastor realizou uma oração pelos socioeducandos pedindo a benção e as misericórdias de Deus para suas vidas e de seus familiares.

Figura 7 - Culto promovido pelos agentes socioeducativos



Fonte: Arquivo do autor.

Observou-se, em uma das unidades, que alguns agentes socioeducativos também promovem cultos com os adolescentes em algumas datas comemorativas, como o Dia das Crianças por exemplo. Esses agentes, após autorizados pela direção da unidade, convidam os socioeducandos para participar do culto e, em seguida, servem algum tipo de alimentação para todos.

No culto, há momentos de cânticos, de leitura e explanação de algum texto bíblico, momento de oração e confraternização.

Figura 8 - Culto promovido pelos jovens da Igreja Católica



Fonte: Arquivo do autor.

Alguns jovens da Igreja Católica também realizam visitas nas unidades socioeducativas. No momento, promovem cânticos, orações e distribuição de lanches para os adolescentes participantes.

Ao realizar a pesquisa, observaram-se alguns fatores que podem interferir diretamente na finalidade da socioeducação. Dentre eles, podemos destacar:

1. A falta de segurança nas unidades, com a ausência de policiais militares nas guaritas, facilitando resgates e fugas constantes;
2. O pequeno quantitativo de agentes socioeducativos por plantão, deixando a unidade vulnerável às fugas, tumultos e rebeliões;

3. A falta de scanner corporal (equipamento usado nas revistas para barrar a entrada de drogas, armas e outros itens proibidos), já que a revista íntima está proibida;
4. A falta de projetos e iniciativas que envolvam esses adolescentes, evitando a ociosidade durante a maior parte do dia;
5. A ausência de valorização dos agentes socioeducativos, incluindo concurso público, melhoria de salários, boa alimentação e local adequado para descanso no quarto de hora (existe unidade em que os agentes são obrigados a tomar banho “de cuia”, por falta de água nos chuveiros, e dormir no chão por falta de dormitórios e camas adequadas).

Fatores como esses refletem negativamente no bom cuidado, atenção e compromisso com a finalidade da socioeducação. Para melhor compreensão, apresentamos abaixo algumas reportagens referentes à situação da socioeducação em Pernambuco:

Figura 9 - Reportagens sobre a falta de segurança no sistema socioeducativo





Fonte: Internet.

Apesar de expor várias reportagens sobre a falta de segurança nas unidades da FUNASE, esta pesquisa, no entanto, tem como foco buscar o entendimento a respeito da religiosidade exercida intramuros do sistema socioeducativo e sua relação com a ressocialização ou socioeducação desses indivíduos através da análise das representações sociais da religião identificadas entre os adolescentes que cometeram atos infracionais e cumprem medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade.

1.3 O FENÔMENO RELIGIOSO

De acordo com Croatto (2010), as ciências humanas e sociais abordam as experiências religiosas como fato religioso e suas múltiplas expressões a partir de suas metodologias próprias. Contudo, é o enfoque fenomenológico, a especificidade metodológica do estudo dos

fatos religiosos, aplicado pelas Ciências da Religião que se distingue, por ser específico, particular e necessário para enriquecer os outros acessos e evitar os desvios causados pelo entendimento insuficiente da experiência religiosa e de suas manifestações ou linguagens (CROATTO, 2010, p. 17).

Nessa mesma trilha de pensamento, Mircea Eliade (1992) afirmou: “A ciência das religiões, como disciplina autônoma, tendo por objeto a análise dos elementos comuns das diversas religiões afim de decifrar-lhes as leis de evolução e, sobretudo, precisar a origem e a forma primeira da religião, é uma ciência muito recente (data do século XIX)” (ELIADE, 1992, p. 5).

O autor ainda afirma que o primeiro representante autorizado da fenomenologia da religião foi Gerardus van der Leeuw (1890-1950) e que, na atualidade, os historiadores das religiões se dividem entre duas orientações metodológicas que se divergem, mas que são complementares: “uns concentram sua atenção principalmente nas estruturas específicas dos fenômenos religiosos, enquanto outros interessam-se de preferência pelo contexto histórico desses fenômenos; os primeiros esforçam-se por compreender a essência da religião, os outros trabalham por decifrar e apresentar sua história” (ELIADE, 1992, p. 11).

Para um melhor entendimento do método fenomenológico, Croatto (2010) apresenta o que chamou de “as outras aproximações aos dados religiosos”, como veremos a seguir.

a) **A história das religiões** – De acordo com o autor,

Esta ciência é básica para todas as outras vertentes da ciência das religiões. A razão é evidente: para interpretar um fato religioso — em qualquer enfoque — é preciso *conhecê-lo*. A história das religiões é *descritiva* (geográfica e cronologicamente) quando mostra fatos religiosos concretos, que foram deixados ou transmitidos pelo ser humano. A lista pode abranger os monumentos, os ritos, as obras de arte, os textos e seus conteúdos (Deuses, leis, teodiceia, ética etc.) e tudo mais que apareça como expressão religiosa. (CROATTO, 2010, p. 18).

Observa-se que a história das religiões tem como objeto o conjunto dos fatos religiosos em si mesmos ou comparados enquanto manifestações da cultura humana. Dessa forma, utiliza-se o método descritivo, analítico ou comparativo.

b) **A sociologia da religião** – Conforme Croatto (2010), a sociologia da religião teve seu desenvolvimento a partir de Durkheim.

Tal ciência ficou célebre com Émile Durkheim (francês, 1858-1917), em especial por sua obra *As formas elementares da vida religiosa*, de 1912, na qual o autor estabelece que a religião é uma forma fundamental de coesão

social. O ponto de partida da sociologia da religião é a suposição de que os fenômenos religiosos falam da realidade social e, simultaneamente, que a tradição geradora de mitos e ritos é coletiva. (CROATTO, 2010, p. 18).

Entende-se, de acordo com Durkheim, que o fenômeno religioso é fundamentalmente comunitário e, portanto, repercute na sociedade como tal. Assim, na sociologia da religião, é contraditório falar de religião individual, pois as crenças religiosas se aglutinam em grupos (igrejas, irmandades, ordens, seitas etc.) com um impacto social inevitável. E, por outro lado, a religião tem a ver com a ordem social à qual pode legitimar ou criticar (Ibidem).

c) **A psicologia da religião** – O autor comenta que:

Assim como os fatos religiosos são o espelho de uma determinada sociedade (sociologia da religião), da mesma maneira podem ser o espelho da psique humana. Isso parece um círculo vicioso, já que a religião é uma vivência pessoal (e, pois, ou simultaneamente, comunitária); sem o ser humano não há experiência religiosa. Por isso, é necessário distinguir. (Op. cit., p. 19).

Percebe-se que a psicologia da religião parte da premissa de que o sentimento religioso é uma elaboração do *eros* básico do ser humano. Dentre os personagens importantes nesse contexto, podemos citar Sigmund Freud (1856-1939) e Carl Gustav Jung (1875-1961), psicólogo suíço que se afastou em 1913 da linha freudiana.

d) **A filosofia da religião** – O fenômeno religioso sempre foi de interesse da filosofia. No entanto, o ponto de vista da filosofia é sempre racional. Portanto, “Deus (teodicéia), o mundo (cosmovisão), o ser humano (antropologia filosófica/ética) não é considerado nem do ponto de vista da experiência religiosa (fenomenologia) nem do ponto de vista da fé (teologia), porém, da racionalidade analítica”. (Op. cit., p. 21-22).

e) **A teologia** – O autor afirma que a teologia como ciência parte do dado da fé. Por isso,

Pretende falar *a partir* de Deus, a partir da relação que ele estabelece com o ser humano. Ainda que seja comum falar de teologia somente em relação ao judeu-cristianismo (cuja fonte é a Bíblia), pode-se estender o conceito a qualquer religião, à medida que existe um trabalho especulativo gerado na experiência da fé, isto é, um trabalho feito a partir da própria fé e não de outro lugar, este último assemelhar-se-ia a uma *teologia da(s) religião(ões)*, embora não seja exata mente a mesma coisa. (Op. cit., p. 22).

A teologia, enquanto ciência, faz uso dos dados da fé (da revelação), mas tem seu fundamento na razão, como a filosofia. Apesar de partir da experiência de fé, seu método é racional.

f) **A teologia das religiões** – Existe uma distinção entre a simples teologia e a teologia das religiões, pois esta se detém na reflexão – partindo da fé cristã – de outras religiões, estudando-as como qualitativamente diferentes ou como parte de uma só religião global. Portanto, necessita de uma aproximação fenomenológica para ajudá-la na compreensão dos acontecimentos religiosos e localizá-los no núcleo da experiência humana. (Op. cit., p. 23).

g) **O estruturalismo** – O autor lembra que o estruturalismo também abordou alguns aspectos do fato religioso como o mito e o rito, “seja descompondo-os em seus elementos significantes mínimos e permanentes, seja estabelecendo as relações de oposição da realidade expressa neles (natureza x cultura; céu x terra; fora x dentro etc.), ou ainda destacando os sistemas classificatórios, totêmicos ou outros, que cada grupo religioso opera” (Op. cit., p. 23-24).

h) **A fenomenologia da religião** – Nosso objeto de estudo é a perspectiva fenomenológica da religião. Comenta Croatto (2010): “Pode ser que o termo "fenomenologia" não seja o mais apropriado para o que vamos descrever (alguns pesquisadores preferem o termo "hierologia" ou estudo do sagrado), mas ele já se tornou corrente; o importante, então, é explicar o seu sentido” (CROATTO, 2010, p. 23).

O autor ainda descreve uma característica principal da fenomenologia da religião:

Aplicada à(s) religião(ões), a fenomenologia não estuda os fatos religiosos em si mesmos (o que é tarefa da história das religiões), mas sua *intencionalidade* (seu *eidos*) ou essência. A pergunta do historiador é sobre *quais* são os testemunhos do ser humano religioso, a pergunta do fenomenólogo é sobre *o que* significam. Não o que significam para o estudioso, mas para o *homo religiosus*, que vive a experiência do sagrado e a manifesta nesses testemunhos ou "fenômenos". (CROATTO, 2010, p. 25).

Entende-se que a fenomenologia tem como pressuposto os fenômenos religiosos (fatos, testemunhos, documentos). No entanto, se detém especificamente no seu sentido e sua significação para o ser humano que expressou ou expressa esses mesmos fenômenos religiosos.

Resumindo, a fenomenologia da religião estuda¹⁶:

- 1) o sentido das expressões religiosas no seu contexto específico;
- 2) sua estrutura e coerência (sua morfologia) e;
- 3) sua dinâmica (desenvolvimento, afirmação, divisões etc.).

¹⁶ CROATTO, 2010, p. 27.

1.3.1 Diferença entre Religião, Religiosidade, Espiritualidade e Assistência Religiosa

A religião, de acordo com Georg Schwikart (2001), em seu *Dicionário Ilustrado das Religiões*, diz respeito às questões fundamentais do homem: “Quem sou eu? De onde vim? Por que e para que eu vivo? O que devo fazer? O que vai acontecer comigo depois da morte? São questões a respeito do transcendente, do divino, do sagrado” (SCHWIKART, 2001 p. 90). Existem algumas explicações para a origem do termo religião: alguns estudiosos afirmam que vem de *religare* = reatar. Outros, acreditam que vem de *relegere* = reler, observar conscienciosamente, fazendo alusão ao respeito devido às prescrições.

A respeito da expressão *religare*, Frederico Pieper comenta que: “essa interpretação etimológica foi estimulada por autores cristãos, em especial Lactânio (240-320) e Agostinho (354-430), que atribuíram interpretação teológica a ela, entendendo-a como religação” (PIEPER, 2019, p. 9). No Cristianismo, segundo Agostinho, *religare* tem o sentido de: “religação entre Deus e o ser humano afastado por causa do pecado (AGOSTINHO, 1987, LV, 113 apud PIEPER, 2019, p. 9).

Na outra via, existem indicações que o termo religião emergiu do texto *De Natura Deorum*¹⁷, escrito por Cícero, apresentado como *relegere*, significando reler e referindo-se àquele que cumpre os deveres de cultos aos deuses. Dessa forma, Pieper (2019) declara que “esta diferença etimológica aponta para distinção de ênfase. Enquanto o primeiro sentido centra-se no vínculo entre seres humanos e a divindade, o segundo sentido enfatiza elementos éticos, apontando para a inserção social da religião” (Op. cit., p. 10).

Ainda sobre o conceito de religião, Maruilson Souza (2020) afirma que existe uma amplitude no conceito do termo religião, podendo significar desde “respeito pelo divino” (*religio*), “ligar” ou à “lei” do divino (*legere*), a “religar” com o divino (*religare*) e, ainda na etimologia do conceito de religião, a ideia de *religare* às origens e àquilo que é o fundamento da existência humana. Porém, a partir dos séculos 17 (dezessete) e 18 (dezoito), na eclosão do Iluminismo e das disputas entre católicos romanos e protestantes, o termo religião adquiriu um sentido estático, limitado e fechado, trazendo o significado de um sistema de crenças, rituais e práticas objetivas (SOUZA, 2020).

O Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa apresenta nove definições para o termo “religião”:

¹⁷ CÍCERO, 2016, II, XVIII. Textualmente: “Aqueles, porém, que praticam cuidadosamente tudo o que tem a ver com a louvação dos deuses e que, por assim dizer, sempre leem por completo/sempre analisam atentamente [*relegere*] são chamados ‘*religiosi*’, por derivação da palavra ‘*relegere*’ {analisar atentamente} ”.

1. Convicção da existência de um ser superior ou de forças sobrenaturais que controlam o destino do indivíduo, da natureza e da humanidade, a quem se deve obediência e submissão;
2. Serviço ou culto a esse ser superior ou forças sobrenaturais que se realiza por meio de ritos, preces e observância do que se considera mandamentos divinos, geralmente expressos em escritos sagrados;
3. Ato de professar ou praticar uma crença religiosa;
4. Veneração às coisas sagradas; crença, devoção, fé;
5. Tudo o que é considerado obrigação moral ou dever sagrado e indeclinável;
6. FIG. Causa, doutrina ou princípio defendidos com ardor, devoção e fé: A democracia é sua religião;
7. Ordem ou congregação religiosa;
8. FIG. Caráter sagrado ou virtude especial que se atribui a alguém ou a alguma coisa e pelo qual se lhe presta reverência;
9. SOCIOL. Instituição social criada em torno da ideia de um ou vários seres sobrenaturais e de sua relação com os homens¹⁸.

A partir dessas definições, entende-se que o conceito de religião é amplo e tem conotações diferenciadas, dependendo da disciplina ou das aproximações aos dados religiosos. Os autores Zangari e Machado (2018) entendem que “de forma simplificada, as religiões podem ser compreendidas como instituições, sistemas com discursos e práticas que falam sobre uma realidade transcendente, ou seja, que vai além do mundo físico” (ZANGARI; MACHADO, 2018, p. 15).

Em relação a religiosidade e espiritualidade, Zangari e Machado (2018) ainda afirmam que existe uma confusão envolvendo esses termos. No entanto, entendem que a religiosidade é a maneira como cada indivíduo vivencia a religião e, portanto, se difere em cada sujeito. Já a espiritualidade está relacionada ao sentido que é percebido ou dado à vida e pode estar relacionada à nossa religiosidade ou não. Facilitando o entendimento, os autores afirmam que existem espiritualidades não religiosas e espiritualidades religiosas (Op. cit., p. 15).

Neste sentido, os autores declaram que:

A Sociologia, a Antropologia, a História, a Ciência da Religião e a Teologia são áreas que também abordam a religiosidade. Cada uma delas contribui de

¹⁸ RELIGIÃO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Ed. Melhoramentos, 2022. Extraído de: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=religião>. Acesso em: 12 maio 2022.

diferentes formas, podendo ser complementares umas às outras, ou mesmo divergentes em algum ponto específico. Como o ser humano possui dimensões biológicas, psicológicas, sociais e históricas, é fundamental que a compreensão de um fenômeno tão impactante na subjetividade como a religião seja construída a partir dessas diferentes contribuições. A Sociologia se interessa mais pelas relações entre religião e sociedade. A Antropologia foca sua atenção em quais são as crenças e comportamentos religiosos de cada cultura, como apareceram e suas funções. A História se interessa pela forma como a religião se transforma ao longo do tempo e qual o papel que ela cumpre em cada momento histórico nas sociedades humanas. A Ciência da Religião é uma área que estuda todo fenômeno religioso em todas as suas manifestações. Já a Teologia é a única dessas áreas que se interessa pela realidade e a natureza das divindades e sua relação com os seres humanos. Como se pode notar, a complexidade da religião e da religiosidade exige o olhar de várias perspectivas teóricas e metodológicas. (ZANGARI; MACHADO, 2018, p. 12).

Sobre essa temática, Marga Stroher (2020) afirma que a cultura influencia a religiosidade e, ao mesmo tempo, interfere e é constituinte da cultura. No entender filosófico, a palavra espiritualidade vem do latim *spiritus* (espírito) e é uma tradução do grego *pneuma*, que foi traduzido do hebraico *ruach* (sopro da vida, a energia vital, o que dá sentido à vida). Simplificando, espiritualidade pode ser entendida como o elo entre o ser humano e o transcendente; filosoficamente, é o oposto da matéria. A autora conclui afirmando que a espiritualidade está na dimensão humana e é uma experiência religiosa e transcendente (STROHER, 2020).

Pode-se entender a espiritualidade como sendo uma dimensão peculiar do ser humano que o impulsiona na busca do sagrado e da experiência transcendente com o objetivo de encontrar sentido e resposta aos aspectos fundamentais da vida, conforme descrevem Gomes, Farina e Forno (2014), parafraseando Boff (2006), Silva e Siqueira (2009) e Zohar e Marshall (2012):

É a dimensão que eleva a pessoa para além de seu universo e a coloca frente as suas questões mais profundas, as que brotam da sua interioridade, no anseio de encontrar resposta às perguntas existenciais: de onde vim? Para onde vou? Qual é o sentido da minha vida? Que lugar eu ocupo neste Universo? Que propósito tem minha vida? Por que aconteceu isso comigo? Visto que a questão fundamental do ser humano contemporâneo é a de busca de sentido (GOMES; FARINA; FORNO, 2014, p. 109).

Observa-se ainda que o Michaelis - Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa apresenta o termo espiritualidade como sendo a qualidade do que é espiritual; do que

manifesta ou exerce atividade religiosa ou mística; misticismo, religiosidade. E, ainda, sentido de transcendência; elevação e sublimidade¹⁹.

Portanto, a religiosidade diz respeito a aspectos institucionais com suas crenças e práticas religiosas, organizadas por entidade religiosa que compartilha coletivamente doutrinas específicas. A espiritualidade, sendo um fenômeno individual, diz respeito a relação individual estabelecida com o transcendente na busca sobre o significado da vida.

Visto as definições de religião e religiosidade, bem como aspectos da espiritualidade, percebe-se que as mesmas diferem da assistência religiosa. Esta, por sua vez, apesar de não constar definição direta nos dicionários da língua portuguesa, pode ser conceituada como um conjunto de atividades espirituais e sociais oferecidas com a finalidade de promover conforto humano e espiritual aos internados em hospitais da rede pública ou privada, bem como aos estabelecimentos prisionais civis ou militares, extensivo aos familiares destes, quando assim desejarem.

Concordando com essa afirmativa, Bruno Moraes Costa (2018) declara que:

Assistência religiosa é uma expressão que designa o ato de assistir pessoas em situações precárias: doenças, estresses, dificuldades financeiras, etc. Geralmente, é realizada de modo coletivo em hospitais, presídios, asilos, ou na casa das pessoas necessitadas. Para tanto, há todo um suporte de missionários voluntários que dispõem de seu tempo para programarem atividades religiosas e as aplicarem com regularidade ao seu campo de atuação. (COSTA, p. 44).

A assistência religiosa supracitada acima é um direito garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro, previsto na Constituição Federal, artigo 5º, Inciso VII²⁰, nas entidades civis e militares de internação coletiva, bem como reconhecido no âmbito das Forças Armadas²¹, nas entidades hospitalares²², no sistema penitenciário²³ e na socioeducação²⁴.

Nas Forças Armadas, a Lei n. 6.923, de 29 de junho de 1981, garante o serviço de assistência religiosa com a finalidade de prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, além de atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas.

¹⁹ ESPIRITUALIDADE. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Ed. Melhoramentos, 2022. Extraído de: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=espiritualidade>. Acesso em: 12 maio 2022.

²⁰ (BRASIL, 1988).

²¹ Lei n. 6.923, de 29 de junho de 1981.

²² Lei n. 9.982, de 14 de julho de 2000.

²³ Lei de Execuções Penais (LEP), Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 24.

²⁴ Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 124.

No art. 1º da Lei 9.982 de 2004 assegura-se o acesso dos religiosos de todas as confissões aos hospitais da rede pública ou privada e aos estabelecimentos prisionais civis ou militares, com o objetivo de prestar assistência religiosa aos internados, desde que em comum acordo com estes ou com seus familiares no caso de doentes que já não mais estejam no gozo de suas faculdades mentais.

No sistema penitenciário, a Lei de Execução Penal – LEP, além de garantir a assistência religiosa, assegura a posse de livros religiosos e a existência de local apropriado para os cultos no estabelecimento penal.

Com relação à socioeducação, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no art. 124, inciso XIV, que é direito do adolescente privado de liberdade, entre outros, receber assistência religiosa, segundo sua crença, desde que assim o deseje.

Conclui-se que a assistência religiosa em nosso país está fortemente assegurada pelas leis e o ordenamento jurídico deve garantir sua livre execução, pois, além de não causar prejuízos financeiros aos cofres públicos, apresenta resultados satisfatórios relacionados à saúde física e mental dos pacientes hospitalizados, bem como na ordem e mudança de comportamento das pessoas privadas de liberdade, seja nos estabelecimentos penais ou no sistema socioeducativo.

1.3.2 A importância da religiosidade na adolescência e a cultura de paz

Sabe-se que a religiosidade é uma questão intrínseca ao ser humano e está arraigada na experiência social e cultural desde tempos remotos. De acordo com uma pesquisa do *Pew Research Center*²⁵, mais de oito em cada dez pessoas em todo o mundo se identificam com um grupo religioso. Um abrangente estudo demográfico de mais de 230 (duzentos e trinta) países e territórios, conduzido pelo Fórum sobre Religião e Vida Pública do *Pew Research Center* no ano de 2010, estima que 84% (oitenta e quatro por cento) da população mundial, incluindo adultos e crianças, possui afiliação com alguma religião (2012).

No Brasil, conforme estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde – OMS sobre a religiosidade no país, 80% (oitenta por cento) a 90% (noventa por cento) dos entrevistados afirmaram ser “moderadamente ou “extremamente” religioso²⁶. Diante disso,

²⁵ PEW RESEARCH CENTER (Dec.,2012). The global religious Landscape. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2012/12/18/global-religious-landscape-exec/> Acesso em: 28 jun. 2022.

²⁶ BRAGHETTA, Camilla C. *et al.* Aspectos éticos e legais da assistência religiosa em hospitais psiquiátricos. *Archives of Clinical Psychiatry* (São Paulo) [online]. 2011, v. 38, n. 5, pp. 189-193. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000500004/>. Acessado 24 jun. 2022.

percebe-se que a religiosidade permeia a sociedade e se tornou parte integrante do cotidiano das famílias. Sobre essa temática, Verona e Dias Junior (2012) pontuam que:

As igrejas pentecostais têm oferecido cada vez mais espaço para a atuação e envolvimento de adolescentes e jovens em um contexto religioso, mantendo assim uma relação bastante próxima com este grupo. Cultos de jovens e de namorados, viagens, cursos bíblicos e profissionalizantes, palestras sobre comportamento e saúde, mobilizações na ajuda de comunidades carentes, entre outras atividades, como auxílio na busca por emprego e incentivo ao estudo, têm sido frequentemente observadas em igrejas protestantes pentecostais. Tais recursos podem contribuir para a criação de mecanismos através dos quais a religião pode influenciar, mesmo que indiretamente, a vida e o comportamento de adolescentes e jovens no Brasil. (VERONA, APA; DIAS JUNIOR, CS, 2012, p. 26).

Observa-se que a religião possui uma grande influência no comportamento e estilo de vida dos adolescentes, pois se apresenta como um fator mediador para a adoção de hábitos saudáveis. Por outro lado, Davim *et al.* (2009) lembra que a busca do prazer imediato parece compor a felicidade para o adolescente: “poder fazer coisas que deem prazer compreende encontrar amigos, navegar na internet, ouvir seu MP4, comer gorduras, doces e chocolate, descobrir o novo, o perigo. Para eles, a urgência é o agora, o hoje, o amanhã é algo abstrato, portanto difícil de ser entendido” (DAVIM *et al.*, 2009, p. 139).

Além disso, Santos ARM *et al.* (2014) completa afirmando que, para o adolescente, experimentar o que é novo (a exemplo do sexo precoce e/ou sem proteção, do uso de drogas e da ingestão de bebidas alcoólicas) significa “descobrir o mundo com liberdade, revelando um estilo de vida inadequado. Assim, o adolescente deseja sua satisfação imediata sem preocupação com as consequências que possam surgir ou com os males que possam causar” (SANTOS ARM *et al.*, 2014, p. 15).

Assim, percebe-se que a religião pode se tornar um instrumento de regulação e autocontrole positivo para as práticas comportamentais dos adolescentes e jovens que buscam por prazer e felicidade, afastando-os das drogas e da prática de atos infracionais. Em concordância, Guilherme Jahn e Débora Dell'Aglio apresentam pesquisas de vários autores sobre espiritualidade e religiosidade como fator de proteção, que é capaz de gerar fatores positivos no desenvolvimento (citam Good, Willoughby & Busseri, 2011; Marques, Cerqueira-Santos, & Dell'Aglio, 2011) associados a comportamentos sociais positivos (citam Stolz, Olsen, Henke, & Barber, 2013) como indicadores de bem-estar psicológico (citam Stroppa & Moreira-Almeira, 2008); como motivação, *coping* religioso positivo e suporte social (citam Laird, Marks, & Marrero, 2011).

Esses autores ainda apresentam a religiosidade como fator de proteção na adolescência contra consumo de álcool, tabaco e drogas (citam Yonker, Schnabelrauch, & DeHaan, 2012; Bezerra *et al.*, 2009) e contra comportamentos desviantes (citam Dias, 2011; Yu & Stiffman, 2010) ou de risco sexual (citam Cerqueira-Santos & Koller, 2016). Citando Koenig (2001), os autores asseguram que a maioria das religiões estabelecidas tradicionalmente e com liderança responsável promovem experiências humanas positivas.

De acordo com Francely Tineli Farinha *et al.* (2018), pesquisas demonstraram a relação positiva entre espiritualidade e religiosidade no enfrentamento de algumas situações (como a decisão de não consumir álcool e maconha, por exemplo), favorecendo, portanto, a saúde de forma geral. Afirmam ainda os autores que “o bem-estar espiritual e a atividade religiosa, incluindo aqui meditação, oração, leitura espiritual, bem como a participação em reuniões em igrejas, estão relacionados a avaliações positivas da saúde do indivíduo” (FARINHA *et al.*, 2018, p. 571-572).

Em concordância, André Livramento e Edinete Rosa (2015) também apresentam pesquisas indicativas onde o envolvimento com a religiosidade está associado positivamente com melhores condições de saúde física e mental. Sendo assim, pode representar bem-estar pessoal (satisfação com a vida, felicidade) e reduzir níveis de depressão, morbidade, uso/abuso de álcool e drogas (LIVRAMENTO; ROSA, 2015, p. 33-34).

Percebe-se que a religião exerce um papel peculiar nas instituições penais. Conforme pesquisas apresentadas por Livramento e Rosa (2015), “além da possibilidade de singularização, ressignificação da vida e conforto dos conflitos pessoais dos detentos convertidos, há a ideia de que os grupos religiosos exercem um papel importante na manutenção da ordem e da disciplina em instituições prisionais” (Op. cit., p. 37-38). A ordem social e cumprimento das regras nesses estabelecimentos são vistas principalmente nos indivíduos que professam uma religião.

Conforme Jahn (2014), a religiosidade tem sido inversamente associada a comportamentos desviantes de forma geral. O autor apresenta estudos sobre a temática da relação entre a religião e comportamentos antissociais:

No estudo de Dias (2011) com 448 sujeitos em Lisboa, foi encontrado um efeito significativo do fator religião em diversos problemas desviantes, como consumo de substâncias tóxicas, delinquência e roubo. Os adolescentes que seguiam uma religião referiram menos envolvimento nessas atividades. Já Laird, Marks e Marrero (2011) realizaram uma pesquisa com 166 adolescentes e suas mães, de 20 escolas públicas de Baton Rouge, Califórnia, Estados Unidos. No grupo de adolescentes investigados, uma

menor importância da religiosidade em suas vidas esteve associada a um menor autocontrole e a uma maior incidência de comportamentos antissociais. Mas um alto nível da importância da religião pareceu proteger adolescentes de envolvimento em comportamentos antissociais, mesmo que eles apresentassem um baixo nível de autocontrole. (JANH, 2014, p. 11).

O autor conclui que existe fortes indicativos dessa relação entre a religiosidade e os comportamentos sociais positivos e a prevenção de comportamentos sociais negativos, da mesma forma como da relação positiva entre religiosidade e efeitos positivos na saúde mental de jovens (Ibidem).

Diante do exposto, percebe-se que a religião pode ser um dos elementos promotores da cultura de paz; expressão que a ONU define como sendo um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida de pessoas, grupos ou nações, baseados no respeito pleno à vida, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais²⁷. Isso envolve um modo de agir e de se posicionar, baseado na prática da não violência, por meio da educação, do diálogo e da cooperação.

Sobre isso, a Revista da UFRGS declara que:

O conceito de paz está atrelado à possibilidade de viver em harmonia, buscando minorar a criação de guerras e a ocorrência de conflitos pessoais. Já a cultura está relacionada à produção de significados mentais que compõem o conjunto de crenças, opiniões, hábitos e atitudes de determinada comunidade em um momento histórico definido. (Op. cit., p. 4).

Percebe-se que a paz não está diretamente atrelada somente à guerra e conflitos militares, mas também às injustiças de um modo geral, e a religião pode ser um instrumento com papel fundamental, difundindo valores da não violência e promovendo uma cultura de paz na sociedade.

Cecchetti, Oliveira e Hardt (2013), citando Eaton (2009), afirmam que “todas as religiões têm tradições centrais sobre ética pessoal e social, não violência, bem comum, divisão igualitária e proteção aos vulneráveis. “Elas ensinam o valor da vida humana e a noção de Sagrado” (CECCHETTI; OLIVEIRA; HARDT, 2013, p. 220).

Conforme Rodrigues (2016), a religião pode, de forma coletiva, exercer influência no comportamento humano. O autor afirma que “há ainda uma grande participação da religião na manutenção da ordem social e na identidade coletiva de um determinado povo, influenciando

²⁷ Rev. Promovendo a cultura de paz na UFRGS/organizado por Divisão de Promoção da Saúde. Porto Alegre: DAS/UFRGS, 2021. Extraído de: <https://www.ufrgs.br/das/wp-content/uploads/2022/04/Cartilha-Cultura-de-PAZ-Versao-Final-Revisada-e-Ajustada-06.04.2022.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

ainda moral, costumes, dentre outros, até mesmo o ordenamento jurídico” (RODRIGUES, 2016, p. 30).

A partir do entendimento do contexto dos adolescentes e da religião no sistema socioeducativo, pretende-se desenvolver esta pesquisa com a intenção de identificar e analisar as Representações Sociais – RS da religião entre esses adolescentes. Neste sentido, far-se-á necessário um estudo preliminar sobre a Teoria das Representações Sociais, desenvolvida pelo psicólogo social Serge Moscovici (1978), que apresenta as RSs como conhecimentos práticos que se desenvolvem nas relações do senso comum e são formadas pelo conjunto de ideias da vida cotidiana; seus desdobramentos são três correntes teóricas complementares:

- 1) Abordagem cultural (sociogenética), apresentada por Denise Jodelet;
- 2) Abordagem societal, apresentada por Willen Doise;
- 3) Abordagem estrutural, apresentada por Jean-Claude Abric, que apresenta a estrutura das representações sociais em torno de um núcleo central.

2. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS – TRS

O pensamento científico foi confrontado por Serge Moscovici (1925-2014) quando escolheu investigar as Representações Sociais da Psicanálise. De acordo com Ivana Marková (2017), “Moscovici promoveu a perspectiva de um desenvolvimento contínuo do pensamento de senso comum para a ciência. Igualmente importante, o pensamento científico se difunde no pensamento cotidiano” (MARKOVÁ, 2017, p. 362). Até então, uma boa parte dos estudiosos franceses defendiam a ideia que o pensamento científico era “superior”, enquanto o pensamento cotidiano era “inferior” e descontínuo.

A autora supracitada ainda declara que Moscovici não estava satisfeito com a utilização de questionários como instrumento de análise das opiniões e atitudes em relação à psicanálise: “Como ele explicou em seus primeiros trabalhos publicados, os resultados das escalas dão respostas sim-não e preocupam-se apenas com medidas, não sendo possível apreender deles como as pessoas pensam”. (Ibidem, p. 363).

Com forte tendência filosófica na França, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a Fenomenologia. Ivana Marková (2017) comenta que essa tendência despertou o interesse de Moscovici por algumas razões:

A fenomenologia é holística e não fragmenta o mundo em elementos. A consciência humana é intencional e direcionada a objetos e a outros seres humanos. A fenomenologia está preocupada com os conteúdos da experiência, que incluem imaginação, julgamentos, emoções, consciência do eu e do outro e interações. (Ibidem, p. 366).

No período em que desenvolvia a TRS, Moscovici percebeu a importância da fenomenologia desenvolvida por Maurice Merleau-Ponty (1964), um dos grandes representantes da fenomenologia na França, principalmente quando este defendeu a experiência de vida como um sistema dinâmico e aberto. Comentando sobre esse tema, Marková (2017) afirma que Merleau-Ponty,

Fundamentalmente desaprovou a concepção de Piaget a respeito do desenvolvimento intelectual da criança da ilogicidade à logicidade. Em contraste a Piaget, Merleau-Ponty enfatizou a representação do corpo da criança como uma “experiência vivida” e, como uma relação entre atividades como falar, pensar, ouvir, conhecer, imaginar, entre outras. (MARKOVÁ, 2017, p. 366).

Merleau-Ponty cria que a representação da criança se adapta adequadamente à sua experiência vivida, fato que Moscovici concordava. Outro ponto importante para a TRS foi a

fenomenologia da linguagem, pois defende que a análise do discurso e da expressão revela de forma eficaz a importância do corpo vivo além de outra atividade qualquer. “A perspectiva fenomenológica incide sobre o sujeito falante na comunidade viva e é orientada para o futuro” (Ibidem, p. 367).

Por último, a fenomenologia da percepção, defendida pelo autor, ajudou Moscovici a concretizar o conceito de representação. Sobre isso, Marková (2017) afirma que, nesse ponto, se encontra uma diferença entre a fenomenologia de Merleau-Ponty, que prima pela percepção, e a TRS de Moscovici, que destaca a primazia da RS. Neste sentido, Marková, citando Moscovici, afirma: “isto é o que fixou essa noção em minha mente, como isso era associado a certas ideias sobre a relação entre comunicação e conhecimento, e a transformação do conteúdo do conhecimento” (MOSCOVICI; MARKOVÁ apud MARKOVÁ, 2017, p. 367).

Nogueira e Grillo (2020) lembram que, para uma melhor compreensão, se faz necessário diferenciar as Representações Sociais das Representações Coletivas. Esta, segundo Durkheim, são formas de consciências impostas pela sociedade sobre os indivíduos; enquanto aquela compreende que a consciência é gerada pelos indivíduos sociais. Portanto, as RS diferenciam o coletivo do social: coletivo é compartilhado com vários indivíduos, ao passo que o social fala do caráter significativo e funcional que dispõe os elementos (NOGUEIRA; GRILLO, 2020).

2.1 CONCEITOS TEÓRICOS DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Serge Moscovici escolheu a psicanálise como estudo para investigar as Representações Sociais. Dessa forma, suscitou a tensão entre o pensamento científico e o pensamento comum, pois muitos estudiosos franceses afirmavam que ambos – ciência e senso comum – eram fenômenos descontínuos e, enquanto o pensamento científico era “superior”, o das pessoas comuns era “inferior” (MARKOVÁ, 2017). Para Moscovici, o pensamento científico se difunde no pensamento comum. Sobre isso, a autora supracitada afirma:

Moscovici promoveu a perspectiva de um desenvolvimento contínuo do pensamento de senso comum para a ciência. Igualmente importante, o pensamento científico se difunde no pensamento cotidiano. Como é notório, a ideia da transformação do pensamento científico em senso comum tem sido vital no desenvolvimento da teoria. (MARKOVÁ, 2017, p. 362).

Percebe-se que Moscovici visualizava uma continuidade entre os dois pensamentos, pois afirmava que o pensamento científico se difundia no pensamento comum. Este, por sua

vez, é considerado como um conhecimento verdadeiro e não como um transtorno do conhecimento científico.

Moscovici difere do sociólogo Durkheim no estudo nas representações: enquanto este empreendeu esforços para descrever as representações coletivas como sendo uma força geral exercida pela sociedade nos indivíduos, de forma coercitiva e exterior capaz de guiar as ações, o modo de pensar e de agir de cada pessoa, Moscovici apresentou uma nova roupagem para as representações. Sobre isso, Sá (2002) afirma:

As representações sociais comportam novas distinções a partir das respostas à interrogação sobre as razões para a sua designação como “sociais”, e não mais como “coletivas”, contrariando Durkheim, a fonte explicitamente assumida por Moscovici quando da retomada daquele “conceito perdido”. A rigor, a proposição das representações sociais não revoga as representações coletivas, mas acrescenta outros fenômenos ao campo de estudos. Concebido assim de forma mais ampla, o campo pode ter seu contexto fenomenal mapeado ainda de outra maneira, ou seja, pela distinção entre diferentes tipos de representação em função de suas origens e respectivos âmbitos de inserção social. (SÁ, 2002, p. 38).

Percebe-se que Moscovici não tem a preocupação de conceituar o termo “Representações Sociais”, deixando um campo aberto. Porém, ele apresenta em seus estudos a proposição que as representações existentes na esfera do senso comum podem ser analisadas como ciência. De acordo com Oliveira (2017), a TRS

Permeia um conjunto de explicações, crenças e ideias que permitem evocar pessoas ou objeto, são resultantes de interações sociais que são comuns a um determinado grupo de indivíduos, também estabelece uma ordem, que permite aos sujeitos orientar-se no seu mundo material e social, comandá-lo, criando uma estabilidade e garantindo segurança para os sujeitos encontrarem um lugar no mundo. (OLIVEIRA, 2017, p. 32).

Nesse sentido, Silva (2008) afirma que Moscovici entendia a RS como “modalidade específica de conhecimento a qual tem por função elaborar comportamento e comunicação entre indivíduos no plano da vida cotidiana” (SILVA, 2008, p. 25). A autora supracitada ainda acrescenta alguns elementos que sobressaem da definição de RS:

(1) representação social é o pensar sobre elementos da realidade, sobre o vivido, indicando, assim, atividade cognitiva; (2) esse pensar não é ato meramente contemplativo, ao contrário, indica processo, elaboração, criação; (3) o resultado de tal construção não traduz, exata e identicamente, o real pensado, mas, sim, opiniões, aproximações a esse real; (4) a representação social pressupõe/estabelece uma relação, necessariamente, social. (SILVA, 2008, p. 27-28).

Em concordância com essa premissa, Jodelet (1986) afirma: “Toda representação social é representação de algo e de alguém. Assim, não é a reprodução do real, nem a reprodução do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito; senão que constitui o processo pelo qual se estabelece sua relação” (Apud SILVA, 2008, p. 28).

Concordando com essa afirmativa, Silva (2008) conclui:

Tendo, pois, a representação caráter social e sendo portadora de uma relação, o lugar ocupado pelo sujeito na estrutura social vai ser determinante do processo e do conteúdo da representação. Desse modo, o que é visto/vivido o é a partir de determinado lugar; assim, a cada lugar corresponde uma forma específica de ver/viver. Isso demonstra que representam o social formas múltiplas em constante interação. (Ibidem).

Nesse sentido, as RSs podem ser consideradas como pensamento prático que direciona a comunicação, a compreensão e o domínio das interações sociais. Em concordância com esse pensamento, Silva (2000) comenta:

Portanto, a noção de Representação Social implica uma forma de conhecimento sobre a realidade social; um tipo de conhecimento particular que, em síntese, se expressa como **“teorias” sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Mas o que está na base desse processo é a fala**, pois as representações são apreendidas através da fala. Diz-se normalmente, e com razão, que a representação social é apreendida na conversa da vida cotidiana e é por isso que uma das suas características fundamentais é a de ser um conhecimento prático, que se elabora segundo uma lógica própria no sentido de uma ação. (SILVA, 2000, p. 31).

Percebe-se que Jodelet trouxe esse conceito sobre a RS, o qual é o mais aceito no meio acadêmico. Segundo a autora, a RS: “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 1989 apud GUARESCHI, 1996, p. 16).

Sousa e Souza (2021) também apresentam um conceito sobre a temática, quando citam Ferreira (1975), afirmando que “a representação social é uma espécie de crença regional de um povo, baseado nas suas tradições, é o conhecimento criado por sentidos, pela imaginação, memória, é uma reprodução do pensamento” (Apud SOUSA E SOUZA, 2021, p. 2).

Nesse sentido, Sá (1993) afirma que “representações sociais” é um termo utilizado para designar um conjunto de fenômenos, juntamente com o conceito que o envolve e a teoria que o explica, apontando um largo campo de estudos psicossociológicos. Dessa forma, o autor supracitado se apresenta consoante com Serge Moscovici, que iniciou o desenvolvimento de

uma psicologia do conhecimento desde o ano de 1961, buscando em Durkheim o conceito de “representações coletivas” e desenvolvendo posteriormente a TRS.

Sousa e Souza (2021) afirmam que, para o psicólogo francês Jean-Claude Abric, a representação se constitui pelo conjunto de informações, opiniões, atitudes e crenças a respeito de um determinado objeto e é construída através da observação e da comunicação entre os indivíduos. Abric entendia que a representação é construída por meio da vivência da realidade, através de conversas e trocas de experiências, pelas crenças e pela forma de interpretar acontecimentos do cotidiano, permitindo assim tanto a compreensão quanto a explicação da realidade.

Percebe-se, no entanto, que Moscovici caminhou no sentido de buscar entender como se dava a apropriação do conhecimento e a formação do conjunto de opiniões e atitudes nas pessoas. Com esse entendimento, Ferreira e Brum (2000) afirmam que, na origem moscoviciana, “as Representações Sociais não são representações de pessoas e sim representações de grupos sobre um objeto. Estuda-se como esses grupos se utilizam da comunicação, que envolve a fala, a indumentária, o gestual, entre outros, para comunicar suas representações” (FERREIRA; BRUM, 2000, p. 6).

Em concordância com esse pensamento, Sousa e Souza (2021) concluem que:

Neste sentido, os autores supracitados enfatizam que a representação social é uma maneira de interpretar os acontecimentos e comunicar-se por meio do conhecimento, explicações, opiniões, crenças e ideias sobre um determinado fato ou fenômeno, elementos e vivências práticas que constituem a própria realidade, possibilita classificar e nomear os acontecimentos, tem objetivo de tornar familiar objetos desconhecidos, utilizando de dois processos, a ancoragem e objetivação. (SOUSA E SOUZA, 2021, p. 5).

Observa-se que Moscovici enfatizou que as RSs não são formadas por um único indivíduo, mas pelo grupo, e seu início se dá na familiarização desta representação através dos processos de “ancoragem” e de “objetivação”, conforme definidos pelo psicólogo em seus estudos.

Nogueira e Grillo (2020, p. 6) afirmam que “a Teoria das Representações Sociais tem como ideia inicial que existem formas diferentes de se comunicar e se conhecer, sendo divididas por Moscovici entre: consensual e científica, cada uma com suas especificidades”. Os autores ainda declaram que, de acordo com Arruda (2002),

A Representação social se apresenta como uma possibilidade de trabalhar com o pensamento construído socialmente em sua dinâmica e diversidade levando em conta as diferentes formas, não aplicando ordem de poder,

apenas apresentando que existem propósitos diversos. (ARRUDA, 2002 apud NOGUEIRA; GRILLO, 2020, p. 6).

Conforme o autor supracitado, a TRS é um “modelo teórico que tem como finalidade compreender e explicar a construção dos conhecimentos estabelecidos pelo grupo, a teoria leiga, que se dá a partir do senso comum” (Ibidem).

2.2 ELABORAÇÃO E FUNÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As Representações Sociais são entendidas pela psicologia social como um fenômeno que altera o entendimento de “coletivo” para “social”, pois deixa o campo conceitual, que apenas explica os acontecimentos e crenças de determinado grupo e torna-se um fenômeno que necessita de explicação e produz um novo conhecimento (SOUSA; SOUZA, 2021).

Quadro 1 - Formas de produção e difusão de conhecimento

UNIVERSO CONSENSUAL	UNIVERSO REIFICADO
NÓS	ELES
"Sábios amadores"	Especialistas
Conversas informais e relações cotidianas	Linguagem própria e específica
Consolidação do grupo	Divisão em áreas de conhecimento
Representações Sociais (senso comum)	Ciências (revela a realidade independente da nossa consciência)

Fonte: adaptado pelo autor.

Ferreira e Brum (2000) afirmam que Moscovici enxergou na sociedade dois tipos de universos de pensamento: o universo consensual e o universo reificado.

O universo consensual é chamado de senso comum e encontra-se nas práticas interativas cotidianas, onde se constroem as representações sociais a partir das pressões do dia-a-dia, das contradições sociais. O senso comum são versões contemporâneas de um determinado saber, é o espaço do que nos é familiar, próximo. O universo reificado é o mundo das ciências, da objetividade e das teorizações abstratas. O universo reificado é o espaço do que, na maioria das vezes, não nos é familiar. (FERREIRA; BRUM, 2000, p. 8).

Moscovici entendia que o universo consensual – ou senso comum – forma a base das RSs porque é familiar para o indivíduo, enquanto o universo reificado opera no mundo abstrato das ciências e não é familiar para muitos. Com esse entendimento, Jovchelovith (1996) lembra que, para Moscovici,

A função central das Representações Sociais é ancorar os sujeitos no mundo, permitindo que se possa dar sentido a realidade. Dar sentido a nós mesmos e que possamos nos movimentar no mundo de forma mais ou menos tranquila (...). Por isso as representações sociais têm como função transformar o que não é familiar em algo que se possa lidar. (Apud FERREIRA; BRUM, 2000, p. 8).

Para Sá (1993), a objetivação e a ancoragem são os processos que formam as RSs, pois transformam o não familiar em familiar. A ancoragem permite a assimilação e acomodação das informações e tem como função interpretar o objeto através de um contexto inteligível.

Sousa e Souza (2021) consideram dois processos na construção das representações sociais: 1) a **objetivação**, que é criar um cenário e torná-lo familiar e; 2) a **ancoragem**, que interpreta e compara os objetos, categorizando-os e rotulando-os, sendo possível classificar, nomear e representar pensamentos. Em concordância, Silva (2008) afirma que a ancoragem “tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, colocá-las em contexto familiar” (SILVA, 2021, p. 30). Já a objetivação, para a autora supracitada, “objetiva-as, isto é, transforma algo abstrato em algo quase concreto, transfere o que está na mente em algo existente ao mundo físico” (Ibidem).

A objetivação pode ser entendida como um processo em que há uma seleção dos elementos de informação disponíveis e em que os elementos abstratos se objetivam em imagens concretas. Segundo Oliveira (2017, p. 39), no processo de objetivação, acontece a construção de um cenário familiar ao que antes era desconhecido. Esse processo ocorre em duas fases:

Primeira fase – Relaciona o conceito com a imagem e as palavras são incorporadas no núcleo figurativo, uma estrutura de imagem que reproduz uma estrutura conceitual de uma maneira visível, o que facilita a comunicação do que está sendo representado, deixando de ser uma entidade abstrata e assumindo uma existência com caráter autônomo.

Segunda fase – Ocorre quando os elementos do pensamento são transpostos para a realidade, não havendo mais separação entre a representação e o objeto representado.

Franco (2004) também conceitua a objetivação como a transformação de um conceito:

A objetivação pode ser definida como a transformação de uma ideia, de um conceito, ou de uma opinião em algo concreto. Cristaliza-se a partir de um processo figurativo e social e passa a constituir o núcleo central de uma determinada representação, seguidamente evocada, concretizada e disseminada como se fosse o real daqueles que a expressam (FRANCO, 2004, p. 172).

Em concordância, Patriota (2007) exemplifica afirmando que “um exemplo clássico de objetivação é quando comparamos Deus a um pai. Ao fazê-lo, materializamos o abstrato, passando a tratá-lo com naturalidade, familiaridade”²⁸.

Destarte, Ferreira e Brum (2000, p. 11) afirmam que “os processos de objetivação e ancoragem articulam três funções básicas das Representações Sociais: a função cognitiva e de integração da novidade; função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas do grupo social”.

As autoras ainda afirmam que a ancoragem “dá continuidade ao processo de naturalização, é o enraizamento, a significação das ideias. Através deste processo é que será conferida a utilidade, a um determinado objeto, por quem o representa” (Ibidem).

Sobre a ancoragem, Moscovici declarou:

Ancoragem – Esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada. [...] Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa (MOSCOVICI, 2005, p. 61).

Portanto, a ancoragem pode ser entendida como o processo em que se dá a assimilação das imagens criadas pela objetivação. As novas representações integram-se nas anteriores, que o sujeito já possui, formando um todo que orienta o comportamento. Assim, no entendimento de Moscovici (2005), ancorar é “classificar e denominar coisas que não são classificadas nem denominadas, são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras” (Ibidem).

Para Patriota (2007), a ancoragem é duplicar uma figura por um sentido e

Corresponde à classificação e denominação das coisas estranhas, ainda não classificadas nem denominadas. Consiste na integração cognitiva do objeto representado a um sistema de pensamento social preexistente. Ancorar é encontrar um lugar para encaixar o não familiar, é pegar o concreto e lhe atribuir um sentido²⁹.

Em concordância com esse pensamento, Nogueira e Grillo (2020) afirmam que a assimilação é “o processo cognitivo de incluir novos eventos como partes de outros já existentes, incorporando elementos do meio externo e ampliando as estruturas que já possui” (NOGUEIRA; GRILLO, 2020, p. 4). Enquanto que a acomodação “se constitui pela modificação de um esquema ou estrutura do objeto assimilado, esta pode acontecer pela

²⁸ PATRIOTA, L. M. Serviço Social em Revista, v.10, n.1. Jul./Dez/2007. Londrina, 2007. Extraído de: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1_lucia.htm. Acesso em 23 nov. 2022.

²⁹ Ibidem.

criação de um novo esquema que se encaixa a um estímulo novo ou por meio da modificação de um esquema já existente, de modo que se inclua o estímulo a ele” (Ibidem).

Nesse sentido, Ferreira e Brum (2000, p. 11) entendem que “os processos de objetivação e ancoragem articulam três funções básicas das Representações Sociais: a função cognitiva e de integração da novidade; função de interpretação da realidade e a função de orientação das condutas do grupo social”.

Sousa e Souza (2021) firmam que Doise (1976-1984) apresentou três funções para as RSs: seleção, justificção e antecipação. De acordo com a autora:

Na função seletiva está presente a centralidade dos conteúdos da representação, para manter uma relação entre os grupos, fazendo um filtro dos conteúdos que não são relevantes.

A função justificativa tem objetivo de expressar o conteúdo, que se vincula a uma imagem de outro grupo, criando e justificando um comportamento de rejeição do outro, sendo contrário do contexto da interação.

Na função antecipatória, as representações possuem seu próprio desenvolvimento em relação aos demais grupos, não se tem a preocupação de seguir o desenvolvimento de relações entre diferentes grupos, se adaptam ativamente (SOUSA; SOUZA, 2021, p. 7).

A autora supracitada ainda afirma que, para Abric (2000), as RSs possuem quatro funções básicas e essenciais da teoria: 1) cognitiva (função do saber) – todo indivíduo precisa conhecer a realidade que o cerca; 2) identitária (fornece identidade ao indivíduo) – está ligado ao senso de pertencimento porque todo indivíduo precisa de uma identidade; 3) orientação (direcionam a maneira como o indivíduo se comporta) – como vai agir, como vai reagir às circunstâncias, às pessoas, às ideias; 4) justificadora (as RSs possuem bases psicológicas) – onde o indivíduo se sustenta para realizar suas funções, suas ideias e suas crenças. O quadro abaixo demonstra as quatro funções apresentadas por Abric:

Quadro 2 - Funções das Representações Sociais

FUNÇÃO	FINALIDADE
Cognitiva (Função do saber)	Compreender e explicar a realidade;
	Aquisição e integração de conhecimentos;
	Comunicação e trocas sociais;
	Transmitir e difundir o saber do senso comum.
Identitária (Fornece identidade ao indivíduo)	Definir a identidade e permitem a proteção das especificidades dos grupos;
	Situar os indivíduos e os grupos dentro do campo social permitido;
	Controle social / socialização;
Orientação (Direcionam a maneira como o indivíduo se comporta)	Guiar os comportamentos e as práticas;
	Orientar a conduta;
	Tipos de relações;
	Definir o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um determinado contexto social.

Justificadora (As RS possuem bases psicológicas)	Permitir a posteriori, a justificativa das tomadas de decisão e dos comportamentos;
	Fortalecer a posição social do grupo de referência;
	Preservar e justificar a diferenciação social (estereótipos, discriminação, distância social);
	É determinada pela prática das representações.

Fonte: adaptado pelo autor.

Patriota (2007) afirma que, “ao assumir a função de saber ou cognitiva, as representações permitem compreender e explicar a realidade, permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos e os integrem em um quadro para eles próprios, assim elas facilitam a comunicação social”³⁰. Através da função identitária, definem a identidade permitindo a proteção da especificidade e imagem positiva dos grupos. Através da função de orientação, as representações guiam os comportamentos e condutas dos indivíduos. E, por fim, através da função justificadora, as representações justificam os comportamentos e decisões dos indivíduos (Ibidem).

2.3 ABORDAGENS DE PESQUISAS EM REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Conforme Almeida (2009), as RSs no Brasil são estruturadas em três abordagens teóricas: 1) a abordagem sociogênica ou processual, apresentada por Denise Jodelet; 2) a abordagem societal, também conhecida como Escola de Genebra, apresentada por Willem Doise e; 3) a abordagem estrutural, conhecida como Escola do Mídi ou Teoria do Núcleo Central, apresentada por Jean-Claude Abric.

Sousa e Souza (2021), referindo-se às abordagens da RS, afirmam:

A representação social teve desdobramentos, se dividindo em três abordagens, sendo elas a culturalista, societal e estrutural. Sá (1998) apresenta as três abordagens como correntes teóricas que não são teorias incompatíveis entre si, pois possuem uma mesma fundamentação base. Cada abordagem foi desenvolvida pela concepção de diferentes autores, trazendo um aporte a teoria das representações sociais. Jodelet liderou a abordagem cultural, Willen Doise lidera a abordagem societal, Jean Claude Abric lidera a abordagem estrutural, que juntas se manifestam como importantes contribuições para a Teoria das Representações Sociais. (SOUSA; SOUZA, 2021, p. 7).

2.3.1 Abordagem sociogênica ou processual

³⁰ PATRIOTA, L. M. **Teoria das Representações Sociais: Contribuições para a apreensão da realidade.** Serviço Social em Revista [online], v.10, n.1. Londrina, jul./dez 2007. Extraído de: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v10n1.htm>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Sousa e Souza (2021) afirmam que Jodelet (2000) entende que a abordagem cultural se divide entre duas dimensões: a social e a cultural. Através dessas dimensões são constituídas as construções mentais e coletivas: “As representações sociais são, procedimentos pelos quais os indivíduos interpretam seu mundo, sua vida e as suas dimensões” (Ibidem, p. 7-8).

Sousa e Souza (2021) ainda afirmam que Jodelet entendia que a compreensão da RS era constituída através de elementos afetivos, sociais e mentais, os quais são integrados à cognição, linguagem e comunicação, afetando assim as representações da realidade social e material. Para esses autores:

A teoria das representações sociais possui uma perspectiva antropológica e sociológica, se constitui de significações da cultura, sendo entendido como transmissora de referências simbólicas, se constitui por motivações, interesses entre sujeitos, se faz possível pelo convívio social entre as pessoas de um mesmo grupo, são acumulativas nos pensamentos e mente dos indivíduos. É, portanto, formado pela socialização e relações entre os sujeitos que pertence ao mesmo grupo (TRIANI; BIZERRA; NOVIKOFF, 2017 apud SOUSA; SOUZA, 2021, p. 8).

Conclui-se que a abordagem sociogênica ou processual, apresentada por Denise Jodelet, explica como ocorrem processualmente os mecanismos de objetivação e ancoragem.

2.3.2 Abordagem societal

Sousa e Souza (2021) afirmam que a abordagem societal entende que os sujeitos da sociedade são orientados através de dinâmicas sociais, em respeito à interação social, valores e crenças. Segundo Doise (2002), “as representações sociais se compõem por princípios organizadores de relações simbólicas entre os indivíduos e grupo” (SOUSA; SOUZA, 2021, p. 8). Esta abordagem, segundo o autor, é constituída de quatro processos de análise das RSs, a saber:

O primeiro é o individual, ele tem objetivo de analisar aspectos interindividuais, pela maneira que os indivíduos organizam suas experiências pela maneira em que vivem, este processo busca compreender de forma específica o modo que os sujeitos se organizam em sociedade.

O segundo, processo interpessoal, além de centrar-se em aspectos interindividuais relaciona-se também aos aspectos situacionais, buscando os princípios explicativos típicos, no sistema de interação.

O terceiro processo é o intergrupual, que analisa aspectos internos do grupo, são eles as diferentes posições que os indivíduos envolvem nas relações

sociais e a maneira que articula nos dois processos anteriores, analisando as posições em que os indivíduos ocupam no relacionamento social.

O último processo, societal, analisa os sistemas de representações e crenças, que possibilita a significação dos comportamentos dos indivíduos, características da sociedade e dos grupos que se inserem, apresentam sentido ao comportamento apresentado pelos indivíduos (DOISE, 2002 apud SOUSA; SOUZA, 2021, p. 8).

No entendimento de Pacheco (2011), a articulação entre esses quatro processos desenvolve a conceituação da RS, enfocando a interação social entre indivíduo e coletivo, permitindo explicações no âmbito psicológico e sociológico (PACHECO, 2011 apud SOUSA; SOUZA, 2021, p. 8).

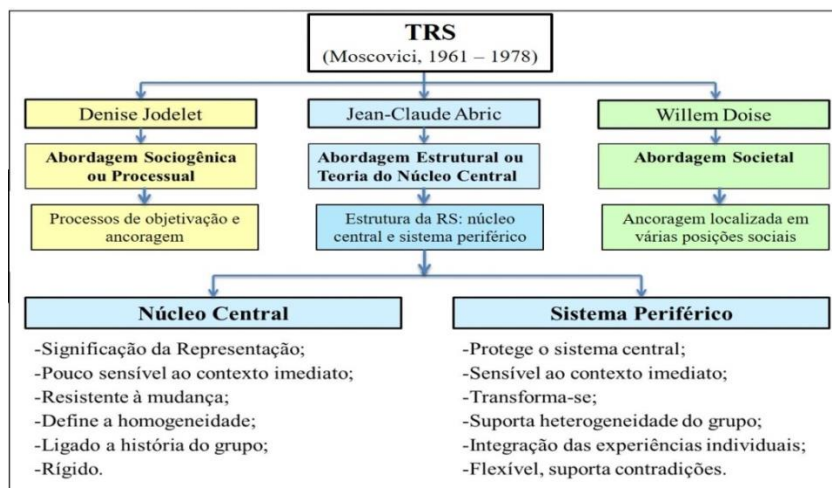
De acordo com Nogueira e Grillo (2020, p. 11), Willem Doise entende que, “para viver em sociedade os sujeitos são conduzidos por dinâmicas sociais, principalmente as que dizem respeito às dimensões interacionais, posicionais ou de valores e crenças em geral”. Assim, as representações podem ser entendidas como sendo princípios que organizam as relações simbólicas entre sujeitos e grupos (NOGUEIRA; GRILLO, 2020).

2.3.3 Abordagem estrutural ou Teoria do Núcleo Central

Pretende-se apresentar esta abordagem com mais profundidade, pois é através dela que será baseada a pesquisa em foco, na busca do núcleo central da RS da religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e seus núcleos periféricos.

A abordagem estrutural, que se desenvolveu na região do Mídí, na França, tendo como principal representante o psicólogo francês e professor de Psicologia Social (1941-2012) Jean-Claude Abric. A referida abordagem tem como foco os processos sociocognitivos, com o estudo das estruturas das RSs a partir da TNC.

Quadro 3 - Abordagens de Pesquisas em Representações Sociais – Teoria do Núcleo Central
– TNC



Fonte: adaptado pelo autor.

Sobre a TNC, Sá (2002) declara:

A teoria do núcleo central foi proposta pela primeira vez, dentro do quadro de pesquisa experimental que vem de ser caracterizado, em 1976 através da tese de *Doctorat d'État* de Jean-Claude Abric – *Jeux, conflits et représentations sociales* – na Université de Provence, sob a forma de uma hipótese a respeito da organização interna das representações sociais. (SÁ, 2002, p. 62).

O autor sustenta que os trabalhos desenvolvidos por Abric sobre as relações entre representações sociais e comportamento promovem o surgimento da TNC.

Percebe-se que, para Abric, toda representação é organizada em torno de um núcleo central; este se constitui de elementos que se destacam nessa estrutura e, quando alguns elementos se alteram, poderá ocorrer uma modificação na representação.

Villas Boas, citando Abric (1998), afirma que as RSs são orientadas por um duplo sistema (central e periférico) que permite

Compreender uma das características básicas das representações, que pode parecer contraditória: elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas, posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que alimentando-se (sic) das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos. (Apud VILLAS BOAS, 2004, p. 152).

Nesse sentido, o sistema central é mais estável e duradouro, pois sua determinação está ligada às condições históricas, sociológicas e ideológicas, enquanto o sistema periférico é mais flexível, pois possui a propriedade de se modificar com mais facilidade do que o núcleo central, assumindo assim a função de proteção do núcleo.

Para Sá (2002, p. 51), a TNC "deve proporcionar descrições mais detalhadas de certas estruturas hipotéticas, bem como explicações de seu funcionamento, que se mostrem compatíveis com a teoria geral". Apesar de ser uma "teoria menor" do que a "grande teoria" tornou-se "uma das maiores contribuições atuais ao refinamento conceitual, teórico e metodológico do estudo das representações sociais" (Ibidem, p. 52).

Abric (1994) entendia que os comportamentos dos sujeitos ou dos grupos eram determinados pela representação da situação e não pelas características objetivas dessa situação; por isso, foi tão importante para Abric estudar as RSs. Nesse sentido, o autor teve a preocupação com

O estudo experimental das representações, o que implica uma nova abordagem da metodologia experimental que leve em consideração fatores cognitivos e simbólicos. Sendo assim, o estudo experimental das representações se aproxima de uma abordagem que leve em conta tanto os fatores e comportamentos diretamente observáveis, quanto a dimensão simbólica que está relacionada à significação, já que se trata de verificar a hipótese de que os comportamentos dos sujeitos não são determinados pelas características objetivas da situação, mas pela representação dessa situação (ABRIC, 1994, p. 188).

Conforme Crusoé (2004), Abric se apoiou nos estudos experimentais realizados por Flament e Willem Doise para confirmar sua hipótese da existência de uma relação entre representação e comportamento. Assim, Abric "busca compreender como se dá a organização interna das representações em função de explicar a relação representação e ação, o que se constitui a base da Teoria do Núcleo Central" (CRUSOÉ, 2004, p. 111).

Abric, sendo o principal autor da abordagem estrutural, teve a percepção de alguns contrapontos no momento em que analisava as RSs: elas se apresentam rígidas e estáveis, mas também móveis e flexíveis; possuem características consensuais, ao mesmo tempo em que apresentam diferenças interindividuais (SÁ, 2002). Diante desse dilema, o autor chegou à conclusão de que existe um duplo sistema estruturante nas RSs com funções específicas e complementares. Esse duplo sistema foi denominado de "Núcleo Central e Sistema Periférico" (NOGUEIRA; GRILLO, 2020).

Mazzoti (2002, p. 22) apresenta um quadro com resumo das características do Núcleo Central e do Sistema Periférico e conclui: "assim Abric resolve a aparente contradição entre, de um lado, rigidez, estabilidade e consensualidade e, de outro, a flexibilidade, a sensibilidade às transformações e as diferenciações individuais que caracterizam as representações sociais".

Quadro 4 - Características do Núcleo Central e do Sistema Periférico

Núcleo Central	Sistema Periférico
Marcado pela memória coletiva e história do grupo.	Permite a integração das experiências e histórias individuais.
Consensual: coletivamente partilhada, define a homogeneidade do grupo.	Suporta a heterogeneidade do grupo.
Estável, coerente e resistente à mudança.	Flexível, suporta contradições e se transforma.
Pouco sensível ao contexto social e material imediato.	Evolutivo e sensível ao contexto imediato.
Função de gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos.	Função de permitir a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo da representação, protegendo o sistema central

Fonte: MAZZOTTI, 2002, p. 23 (adaptado pelo autor).

Observa-se que, "enquanto o núcleo central é historicamente marcado, coerente, consensual e estável, o sistema periférico é adaptativo, flexível e relativamente heterogêneo quanto ao conteúdo" (ABRIC, 1994; 1998 apud MAZZOTTI, 2002, p. 22).

2.3.3.1 O núcleo central

Sousa e Souza (2021), citando Nogueira e Grillo (2020), afirmam que a abordagem estrutural foi formada através da TNC, elaborada por Jean Claude Abric, que propôs compreender a estrutura da RS a partir da teoria de Moscovici, com o objetivo de entender o núcleo figurativo, analisando a estrutura interna.

Segundo Mazzotti (2002), "a ideia essencial de Abric é a de que toda representação está organizada em torno de um núcleo central que determina, ao mesmo tempo, sua significação e sua organização interna" (MAZZOTTI, 2002, p. 20).

O autor ainda afirma que o núcleo central é determinado pela natureza do objeto representado: "Este núcleo é, por sua vez, determinado pela natureza do objeto representado, pelo tipo de relações que o grupo, mantém com o objeto e pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo" (Ibidem). Nesse sentido, Goss *et al.* (2020) concorda:

Podemos notar a importância do grupo nas Representações Sociais, sendo a história, contextos, sociologia e a ideologia desses grupos essenciais para definir o Núcleo Central do mesmo, de forma que essas memórias e histórias se tornem homogêneas para esse grupo (GOSS *et al.*, 2020, p. 49).

Ainda sobre o núcleo central, os referidos autores afirmam que Abric (1994) apresentou algumas características desse núcleo:

Ser ligado a memória coletiva e a história do grupo; é consensual, ou seja, é o qual define a homogeneidade do grupo; possui certa estabilidade, sendo

coerente e possuindo rigidez; é resistente a mudanças, possui pouca sensibilidade ao contexto imediato; possui a função de gerar determinada significação para a representação social e desta forma para organizar o seu meio (Ibidem, p. 50).

Mazzotti (2002) afirma que, para investigação das representações na abordagem estrutural, Abric sustenta que a análise de uma RS exige que se conheçam seus três componentes essenciais e, para isso, sugere que se faça uma abordagem plurimetodológica, articulada em três etapas distintas:

1. **Levantamento do conteúdo da representação** – Nessa etapa, a entrevista é indispensável. Dadas, porém, as limitações dessa técnica, sugere-se associá-la a alguma outra, de preferência associativa, que permita reduzir os mecanismos de controle e defesa que podem operar na situação de entrevista.
2. **Pesquisa da estrutura e do núcleo central** – Corresponde, inicialmente, à organização desse conteúdo em um sistema de categorias, subsistema temático "que constitui, de alguma forma, a ossatura da representação, seu sistema de apoio" (p. 79). A seguir, busca-se identificar as relações e a hierarquia entre os elementos componentes da representação.
3. **Verificação da centralidade** – Os elementos identificados como os mais significativos nas etapas anteriores devem ser testados para verificar sua centralidade. As técnicas propostas para isso assumem o pressuposto conceitual segundo o qual os elementos centrais são "inegociáveis", isto é, se retirados da representação, ela perde seu significado (MAZZOTTI, 2002, p. 25).

Ao tomar conhecimento do conteúdo da representação, sua estrutura interna e o núcleo central, o referido autor completa que resta, para o complemento da análise em pauta, a construção de uma argumentação a respeito do relacionamento desses diferentes componentes ao contexto e às atitudes, aos valores e às referências dos sujeitos.

Em concordância, Sá (2002) afirma que Abric atribui as seguintes características ao núcleo central:

Ele é diretamente ligado e determinado pelas condições históricas, sociológicas e ideológicas. Ele é nesse sentido fortemente marcado pela *memória coletiva* do grupo e pelo sistema de normas ao qual ele se refere. Ele constitui, portanto, a base comum, coletivamente partilhada das representações sociais. Sua função é *consensual*. É por ele que se realiza e se define a homogeneidade de um grupo social. Ele é estável, coerente, resistente à mudança, assegurando assim uma segunda função, a de continuidade e da *permanência* da representação.

Enfim, ele é de uma certa maneira relativamente independente do contexto social e material imediato no qual a representação é posta em evidência (ABRIC, 1994 apud SÁ, 2002, p. 73).

Nesse sentido, observa-se que os elementos do núcleo central fornecem significação às representações por serem mais resistentes a mudanças, portanto, esses elementos ocupam uma posição privilegiada na estrutura da representação. Dessa forma, os elementos do núcleo central, de acordo com Abric (1994), citado por Crusoé (2004), são determinados “de um lado, pela natureza do objeto representado; de outro, pela relação que a pessoa – ou grupo – mantém com esse objeto; e finalmente, pelos sistemas de valores e de normas sociais que constituem o meio ideológico do momento e do grupo” (CRUSOÉ, 2004, p. 112).

Assim, Sá (2002) declara que uma exigência imediata para a caracterização do núcleo central é perceber o papel que esse núcleo desempenha na estruturação e no funcionamento das representações sociais. De acordo com o autor, Abric defende que o núcleo central assegura o cumprimento de, pelo menos, duas funções essenciais:

Uma função geradora: ele é o elemento pelo qual se cria, ou se transforma, a significação dos outros elementos constitutivos da representação. É por ele que esses elementos tomam um sentido, um valor;

Uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos laços que se unem entre si os elementos da representação. Ele é nesse sentido o elemento unificador e estabilizador da representação (ABRIC, 1994 apud SÁ, 2002, p. 70).

Além das funções supracitadas – a geradora, que traz significado à representação, e a organizadora, que organiza internamente as representações –, Nogueira e Grillo (2020) apresentam a terceira função do núcleo central: “a função estabilizadora, que garante ao grupo o sentimento de pertença, se refere ao momento de fixação das representações sociais” (Op. cit., p. 12). De acordo com os referidos autores, “estas funções tornam o núcleo central resistente a mudanças, pois asseguram sua significação, consistência e permanência, qualquer modificação no núcleo acarreta uma transformação completa na representação” (Ibidem).

2.3.3.2 O sistema periférico

Outro fator importante em relação ao núcleo central, de acordo com Goss *et al.* (2020, p. 49), “é o sistema periférico, o qual age como algo infiltrado dentro do grande núcleo central”. Conforme Mazzotti (2002, p. 22), as representações aparecem no cotidiano através do sistema periférico e o funcionamento do núcleo central só pode ser compreendido em uma dialética contínua com os aspectos periféricos.

O autor supracitado afirma que Abric destaca pelo menos cinco funções do sistema periférico no funcionamento e dinâmica das representações:

- a) *Concretização* do NC em termos ancorados na realidade, imediatamente compreensíveis e transmissíveis;
- b) *Regulação*, que consiste na adaptação da representação às transformações do contexto, integrando novos elementos ou modificando outros, em função de situações concretas com as quais o grupo é confrontado;
- c) *Prescrição de comportamentos*: os EP funcionam como esquemas organizados pelo NC, garantindo o funcionamento instantâneo da representação como grade de leitura de uma dada situação e, conseqüentemente, orientando tomadas de posição;
- d) *Proteção* do NC: o sistema periférico é um elemento essencial nos mecanismos de defesa que visam proteger a significação central da representação, absorvendo as informações novas suscetíveis de pôr em questão; e
- e) *Modulações individualizadas*: é o sistema periférico que permite a elaboração de representações relacionadas à história e às experiências pessoais do sujeito (MAZZOTTI, 2002, p. 22).

Sobre o sistema periférico, Nogueira e Grillo (2020) citam que Abric defende o funcionamento do núcleo central e elementos periféricos com papéis específicos e complementares:

Estes são direcionados por um sistema duplo, onde um sistema central é essencialmente determinado pelo social e define a homogeneidade do grupo e o sistema periférico, onde a determinação é mais individual e contextualizada, sendo o sistema periférico mais flexível que o núcleo central, permitindo uma heterogeneidade de comportamentos e conteúdo (NOGUEIRA E GRILLO, 2020, p. 13).

Sobre o sistema periférico, Sá (2002) afirma que é um complemento indispensável do sistema central que “atualiza e contextualiza constantemente as determinações normativas e de outra forma consensuais deste último, daí resultando a mobilidade, a flexibilidade e a expressão individualizada que igualmente caracterizam as representações sociais” (Op. cit, p. 73). E, citando Abric (1994), o autor conclui: “se o sistema central é *normativo*, o sistema periférico é *funcional*; quer dizer que é graças a ele que a representação pode se ancorar na realidade do momento” (Ibidem).

3. A PESQUISA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL SOBRE RELIGIÃO

3.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

Colocando em prática técnicas da Ciência da Religião e das Ciências Sociais, sobretudo da Antropologia, buscaremos olhar o ambiente de trabalho com estranheza para identificar e analisar a Representação Social da religião apresentada pelos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas no Centro de Atendimento Socioeducativo – CASE do Cabo de Santo Agostinho. Este centro é uma das unidades socioeducativas em regime de privação de liberdade da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

O referido órgão é responsável pelo atendimento do adolescente/jovem sob medida socioeducativa de restrição e/ou privação de liberdade e tem suas raízes no antigo Serviço Social do Menor, órgão voltado à assistência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Estado de Pernambuco, vinculado, à época, ao Juizado de Menores da Capital.

Salienta-se que, no dia da realização da pesquisa, havia o quantitativo de 172 (cento e setenta e dois) adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade na unidade pesquisada. Destes, 20 (vinte) adolescentes foram convidados a participarem da pesquisa.

O universo dos participantes foi definido de forma aleatória e teve como critérios de inclusão estar em cumprimento de medida socioeducativa em regime de privação de liberdade, ter a partir de 18 anos, aceitar participar da pesquisa e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Sendo esta pesquisa um estudo descritivo, alicerçado nos pressupostos da abordagem qualitativa, de natureza interdisciplinar, mas fundamentada na Teoria das Representações Sociais e pautada na abordagem estrutural apresentada por Jean-Claude Abric, teve como base e instrumento de pesquisa em seu desenvolvimento um questionário de evocação livre de palavras conhecido como Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP, respondido a partir do termo indutor “religião”, sobre o qual se pretendeu levantar as representações construídas pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Para a coleta de dados, foi utilizado um formulário com questões sociodemográficas, bem como a TALP. Esta técnica possui duas fases: na primeira, cada sujeito deve indicar cinco palavras ou expressões que venham imediatamente à sua mente a partir do termo indutor “religião”; na segunda fase, o sujeito deverá classificar cada palavra evocada por

ordem de importância. O caráter espontâneo desse processo permite ter acesso rapidamente ao universo semântico do objeto estudado (ABRIC, 2003).

Para o momento do registro e análise das evocações coletadas, adotou-se a técnica da Classificação Hierárquica Descendente – CHD, viabilizada por meio do uso do software de análises lexicais, IRaMuTeQ, que possibilita a realização de uma análise da evocação realizada pelos participantes da pesquisa, fornecendo dados para o reconhecimento do Núcleo Central e da estrutura das Representações Sociais.

O software apresenta os resultados graficamente por meio da figura conhecida como Quadro das Quatro Casas, composta por quatro quadrantes: núcleo central, primeira periferia, zona de contraste e segunda periferia. Os dados são distribuídos nestes quadrantes a partir de uma análise da frequência (f) dos termos, em cruzamento com a Ordem Média de Importância – OMI ou Ordem Média de Evocações – OME.

A análise seguirá a proposta de Vergès (2005), considerando as dimensões individuais (ordem de evocação) e coletivas (frequência da evocação), possibilitando, desta forma, identificar os conteúdos da estrutura da representação pesquisada. Também será utilizada a análise de similitude para se estudar a organização dos elementos da representação investigada.

3.2 ANÁLISES DOS DADOS E RESULTADOS

Para a análise dos dados, foram utilizadas as palavras (coletadas através da TALP) que compartilham o mesmo radical e classe, o que, segundo Wachelke e Wolter (2011), recebe o nome de “lematização”:

Nesse caso, o agrupamento reúne apenas respostas masculinas e femininas, e no singular e plural. Dentro do exemplo mencionado, "amigos" e "amiga" seriam agrupadas numa só forma, intitulada segundo a resposta mais frequente dentre elas ou, no caso de frequências iguais, na forma masculina e/ou singular, como convenção. Dentro de uma perspectiva propriamente estrutural, a segunda alternativa é a mais adequada, por duas razões. Primeiramente, evita ambiguidades e divergências a respeito da categorização dos conteúdos (Rouquette & Rateau, 1998; Flament & Rouquette, 2003), tornando o processo replicável com maior facilidade. Além disso, segundo Vergès (1992), a análise prototípica baseia-se em uma distribuição de respostas que se aproxima da distribuição de Zipf - trata-se de uma distribuição aplicável ao vocabulário de diversas línguas, que estabelece que a frequência de palavras num corpus está relacionada com o posto da palavra em termos de frequência por meio de uma lei de potência inversa com expoente próximo de 1; essa relação implica que algumas formas verbais possuem muitas ocorrências e a grande maioria aparece

apenas poucas vezes. A categorização semântica das respostas tende a alterar a distribuição dos dados, aumentando a homogeneidade das frequências; trata-se de uma distorção que pode enviesar o critério do ponto de corte, a depender do critério escolhido para tal, ou a composição dos quadrantes (WACHELKE; WOLTER, 2011, p. 523).

Quanto às determinações dos pontos de corte para as coordenadas dos quadrantes, é relevante afirmar que não há uma equação ou critério único utilizado. Nesse caso, o valor do ponto de corte utilizado foi dois (critério do ponto de corte da ordem de evocação). As palavras que tiveram a OME inferiores a dois foram classificadas como tendo baixa ordem de evocação.

Observa-se, na figura abaixo, que as palavras mais relevantes estão no quadrante superior esquerdo (primeiro quadrante) e são, conforme Abric (2003), possíveis de constituírem o núcleo central da RS. No quadrante superior direito (segundo quadrante), chamado de “primeira periferia”, estão as palavras que obtiveram frequência alta, no entanto, foram citadas em últimas posições. As palavras deste quadrante indicam a assimilação de conceitos novos, que ainda não foram incorporados ao núcleo central, mas indicam possibilidade de mudança das crenças e opiniões no futuro.

No quadrante inferior esquerdo (terceiro quadrante), chamado de “zona de contraste”, estão as palavras que tiveram frequência baixa, no entanto, foram evocadas de imediato. As palavras deste quadrante reforçam o núcleo central e tentam entrar ou permanecer nele.

Por fim, no quadrante inferior direito (quarto quadrante), também chamado de “segunda periferia” ou “periferia distante”, estão as palavras menos evocadas; estão distantes do núcleo central e com pouca possibilidade de pertencer a ele. A figura abaixo apresenta esses critérios de análise dos quatro quadrantes:

Figura 10 - Representação de uma análise prototípica



Fonte: Cosso *et al.*, 2018.

3.2.1 Caracterização dos participantes

A presente pesquisa foi realizada com a participação de 20 (vinte) adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa em regime de privação de liberdade, com idade entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) anos³¹. Na tabela abaixo, são apresentados os dados referentes a idades e municípios de residência:

Tabela 6 - Idade e município de residência

Idade	18	19	20
Total	12	6	2
%	60	30	10

Residência	Total	%
Recife	3	15
Lagoa de Itaenga	1	5
Tamandaré	1	5
Camaragibe	1	5
Escada	1	5
Cabo de Sto. Agostinho	3	15
Moreno	1	5
Barra de Sirinhaém	1	5
Vitória	1	5
Garanhuns	1	5
Olinda	2	10
Goiana	1	5
Paulista	1	5
Caruaru	1	5
Paudalho	1	5

Fonte: o autor.

Segundo os dados da tabela acima, foi possível observar que a idade dos participantes ficou entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) anos, tendo a maioria da amostra 18 (dezoito) anos, 60% (sessenta por cento), e 19 (dezenove), com 30% (trinta por cento), alcançando respectivamente 12 (doze) e 6 (seis) adolescentes.

Ainda com os dados anteriores, observa-se que os municípios de residência dos adolescentes entrevistados variam bastante, sendo que a maioria tem residência fixa no município de Recife, com 15% (quinze por cento), no Cabo de Sto. Agostinho, igualmente com 15% (quinze por cento), e no município de Olinda, com 10% (dez por cento).

Dando continuidade aos dados que possibilitam a caracterização da amostra, na sequência, serão apresentadas as informações referentes ao envolvimento dos adolescentes e

³¹ Observa-se que os adolescentes participantes da pesquisa têm idade a partir de 18 (dezoito) anos, porém o ato infracional foi cometido quando ainda eram menores de idade.

dos pais com algum tipo de religião. Estas informações podem ser observadas na tabela abaixo:

Tabela 7 - Participa ou participou de alguma religião

	Resposta	Total	%
Adolescentes	SIM	16	80
	NÃO	4	20
Pais ou Responsáveis	SIM	10	50
	NÃO	10	50

Fonte: o autor.

Diante dos dados apresentados na tabela anterior, verifica-se que 80% (oitenta por cento) dos participantes da pesquisa já participaram de alguma religião enquanto criança. Diante disso, surgem alguns questionamentos lógicos: será que os ensinamentos e práticas da religião a qual esses adolescentes participaram enquanto criança não foram capazes de afastá-los das práticas de ato infracional? Onde houve falha? Na religião? No exemplo e educação ofertada pelos pais ou responsáveis? Na educação escolar ou no contexto social?

Percebe-se que 50% (cinquenta por cento) dos pais ou responsáveis frequentam alguma religião. Porém, as respostas para os questionamentos apresentados acima seriam mais detalhadas somente se houvesse um aprofundamento e expansão do tema, o que não se apresenta como intenção no momento pela limitação do tempo e foco do tema, que é identificar a Representação Social da Religião entre esses adolescentes. No entanto, observaremos na tabela abaixo dados que podem sugerir um dos caminhos viáveis para amenizar as práticas de atos infracionais pelos adolescentes: a educação.

Tabela 8 - Grau de escolaridade dos adolescentes

Grau	Total	%
Ens. Fundamental Incompleto	10	50
Ens. Fundamental Completo	7	35
Ens. Médio Incompleto	1	5
Ensino Médio Completo	2	10

Fonte: o autor.

Observa-se que 50% (cinquenta por cento) dos adolescentes participantes da pesquisa não concluíram sequer o Ensino Fundamental, seguido de 35% (trinta e cinco por cento) que conseguiram concluir o Ensino Fundamental, mas não continuaram para o Ensino Médio. Esses dados são importantíssimos porque apresentam pontos em comum entre os adolescentes que cometeram atos infracionais: a maioria deles teve os estudos interrompidos por algum motivo e alguns nem são alfabetizados.

Sabe-se que a educação é um direito humano fundamental que está expresso na Constituição Federal, no artigo 6º, e é necessária, juntamente com outros direitos, para o pleno desenvolvimento do ser humano, garantindo-lhe assim as mínimas condições de vida e oportunidades no meio social em que vive.

No artigo 205º está definido que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Outro dado interessante apresenta-se na tabela abaixo através da pergunta: “É sua primeira passagem no sistema socioeducativo?”

Tabela 9 - Primeira vez no sistema socioeducativo

Respostas	Total	%
SIM	14	70
NÃO	6	30

Fonte: o autor.

Percebe-se que a maioria dos participantes, 70% (setenta por cento), respondeu que estava cumprindo sua primeira medida socioeducativa no sistema. Na verdade, não se teve como confirmar a veracidade das respostas com a instituição, mas foi percebido pelo pesquisador uma dúvida por parte dos adolescentes no momento de responderem esse quesito.

3.2.2 Análise prototípica do termo indutor “religião” entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas

Feito o perfil dos adolescentes participantes da pesquisa, passa-se agora a analisar as palavras que foram evocadas, numa tentativa de suprir o objetivo proposto. Abaixo, estão apresentadas todas as palavras evocadas e sua ordem de evocação.

Tabela 10 - Palavras evocadas

1ª Palavra	2ª Palavra	3ª Palavra	4ª Palavra	5ª Palavra
Deus ¹⁰	Bíblia ⁶	Igreja ⁵	Hinos ⁴	Católico ³
Bíblia	Mensagem de Deus	Amor ³	Igreja ⁴	Louvores
Palavra de Deus ²	Calma	Bíblia ³	Palavra de Deus ²	Oração ³
Oração ²	Evangelho	Oração ³	Paz	Célula
Hinos	Igreja ³	Palavra de Deus ²	Oração ⁴	Palavra de Deus
Jesus	Salvação	Evangélico	Bíblia ²	Hinos ⁵
Fé	Oração ⁴	Livramento	Promessas	Bíblia
Igreja	Mudança de	Hinos	Evangelho	Culto

	Vida			
-	Misericórdia	-	-	Pastor
-	-	-	-	Igreja
-	-	-	-	Coisas Boas

Fonte: o autor.

As palavras com maior frequência de evocação foram: oração (16 - dezesseis), igreja (14 - catorze), Bíblia (13 - treze), hinos (11 - onze), Deus (10 - dez) e palavra de Deus (7 - sete). Observa-se que as palavras evocadas pelos adolescentes têm referência ao Cristianismo. Não se sabe precisar o motivo, mas acredita-se que isso se deve ao fato da maioria dos adolescentes pesquisados ter contato com o Cristianismo na infância. Outro fato relevante se dá pela presença das religiões cristãs nos dias de visitação da unidade, onde realizam reuniões com leitura da Bíblia, cânticos, prega o e ora es.

Por outro lado, existe uma lacuna com a ausência de visita o de outras religiões nas unidades socioeducativas. Observou-se também que os próprios agentes socioeducativos que professam a fé a cristã costumam realizar reuniões e falar com os adolescentes a respeito dos ensinamentos bíblicos.

Diante disso, pergunta-se: somente os cristãos têm interesse em disseminar a fé com seus mitos e ritos entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas? Onde estão as religiões afro-brasileiras, como Umbanda, Candomblé e outras? Cad  os seguidores de Al  com os ensinamentos do Islamismo? Os espíritas que apregoam a ajuda ao próximo? Essas e outras questões nesse sentido ficarão como provoca o de tema para análise em momento oportuno.

Parte-se agora para análise prototípica dos termos, a qual será apresentada na figura a seguir:

Figura 11 - Representa o da análise prototípica das palavras evocadas



Fonte: o autor.

De acordo com Camargo e Justo (2021), a análise prototípica considera a frequência e a Ordem Média de Evocação das palavras.

Através da análise prototípica foi possível a identificação da estrutura representacional a partir dos critérios de frequência e ordem de evocação das palavras extraídas pela técnica de TALP. O diagrama de quatro quadrantes representa as quatro dimensões da estrutura das RSs.

No primeiro quadrante (superior esquerdo), temos a indicação das palavras com frequência maior que a média e que foram evocadas de imediato. Essas palavras indicam o núcleo central da representação dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas sobre a religião (com menor OME). São elas: Bíblia, Deus e palavra de Deus.

No quadrante superior direito (segundo quadrante), se encontra a “primeira periferia” e contém as palavras de alta frequência, mas que não foram evocadas de imediato. São elas: oração, igreja e hinos.

No quadrante inferior esquerdo (terceiro quadrante), a “zona de contraste”, contém as palavras que foram evocadas de imediato, porém com frequência abaixo da média: amor, evangelho, livramento, calma, salvação, evangélico, fé, misericórdia, mensagem de Deus, Jesus e mudança de vida. As palavras deste quadrante dão reforço ao núcleo central dessa representação.

Por último, **no quadrante inferior direito** (quarto quadrante), temos a “segunda periferia”, que indica as palavras com menor frequência e maior ordem de evocação: católico, células, paz, coisas boas, louvores, pastor, promessa e culto. Estas estão mais distantes do núcleo central, portanto têm menor possibilidade de pertencer ao núcleo.

Verifica-se que as palavras que formam o núcleo central do termo indutor “religião” evocadas pelos adolescentes pesquisados têm relação direta com as grandes religiões existentes no Brasil, como o Catolicismo e o Protestantismo. No entanto, de acordo com Abric (2003), considera-se que, em uma RS, existe a possibilidade de ocorrer transformações nas periferias e núcleo central. As palavras que hoje representam a periferia podem se tornar núcleo central amanhã ou mesmo já foram centrais em algum momento.

Essa verificação nos indica alguns caminhos; dentre eles, aponta-se que os adolescentes entendem que a religião está diretamente ligada a Deus e à sua palavra, a Bíblia Sagrada, e isso remete ao aspecto prático da religião, que é: orar, ir à igreja e cantar hinos.

Percebe-se que esta representação se firma no fato de 80% (oitenta por cento) dos adolescentes pesquisados já terem participado de alguma religião, conforme mostrado acima. Diante disso, entende-se que, apesar de terem praticado atos infracionais e, por isso, estarem cumprindo medidas socioeducativas, os adolescentes ainda mantêm em suas mentes a

essência dos ensinamentos e práticas da religião que participaram, mas, por algum motivo, se afastaram e seguiram caminhos opostos ao da religião.

Essa verificação demonstra alguns aspectos interessantes. Por exemplo, aponta-se que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade entendem o caráter e o objetivo da religião como uma maneira de conhecer, respeitar e adorar a Deus, entretanto, também consideram relevante a questão das práticas religiosas, as quais representam a periferia da representação. Para melhor visualização, as palavras com mais de cinco evocações foram distribuídas na Tabela 11 (onze) a partir das categorias que as representam.

Tabela 11- Categorias com relação ao termo “religião”

Aspectos teóricos	Aspectos práticos
Bíblia (13)	Oração (16)
Deus (10)	Igreja (14)
Palavra de Deus (7)	Hino (11)

Fonte: o autor.

Observa-se que a oração, como um aspecto prático da religião, apresenta maior concordância entre os adolescentes pesquisados. No entanto, se aprofundarmos nossa observação, perceberemos que, no aspecto teórico, as palavras “Bíblia” e “palavra de Deus” podem ser expressões sinônimas. Sendo assim, teremos 20 (vinte) evocações dessa expressão contra 10 (dez) da palavra “Deus”.

Entende-se, olhando por esse prisma, que o termo indutor “religião” entre os adolescentes pesquisados está mais próximo daquilo que é palpável, que pode ser visto ou percebido, representado pela Bíblia, a palavra de Deus, do que a própria palavra “Deus”, que é intangível e imaterial. No entanto, a palavra “Deus” foi evocada prontamente como a primeira palavra que surgiu na mente dos adolescentes diante do termo “religião” e ainda se mostrou mais forte que outras palavras evocadas. Quando foi solicitado para justificar a primeira palavra escolhida, os adolescentes que responderam a palavra “Deus” deram a justificativa de sua escolha, conforme apresentado no quadro abaixo.

Quadro 5 - Justificativas para escolha da primeira palavra evocada

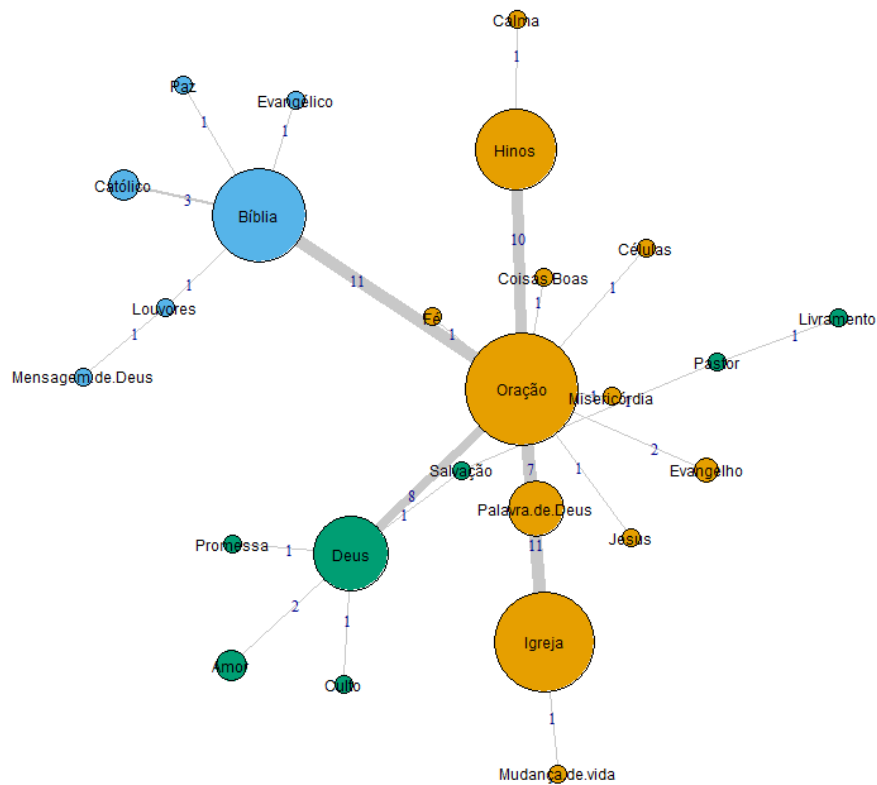
ADOLESCENTE	JUSTIFICATIVA
1	Todas as religiões falam sobre Deus
6	Deus é acima de tudo
7	A religião leva a pessoa para perto de Deus
9	Sem Deus não existe religião
11	Deus é o dono de tudo e morreu na cruz por nós
14	Conforta e alivia o coração tirando os pensamentos ruins

15	Sem ele não viveremos
18	Deus é o mais importante para todos. Sem ele ninguém existiria
19	Ele dá uma segunda chance. É o pai poderoso
20	Se não fosse Deus nós nem existiria

Fonte: o autor.

Verifica-se, porém, que não houve esse entendimento a respeito das expressões sinônimas referidas acima no momento da análise prototípica. Sendo assim, a palavra que teve maior destaque foi a expressão “oração” com 16 (dezesesseis) evocações, mesmo aparecendo na primeira periferia. Para tentar comprovar a centralidade do termo “oração”, também foi realizada a análise de similitude das palavras citadas. Esta análise está representada na figura a seguir:

Figura 12 - Análise de similitude para o termo “religião”



Fonte: o autor.

A análise de similitude permite identificar a conectividade entre as palavras, ficando evidente que “oração” é a principal palavra de ligação. Portanto, verifica-se a centralidade do termo “oração”, o qual apresenta uma grande relação com os termos “hinos”, “Bíblia”, “Deus” e “palavra de Deus”, sendo que os três últimos correspondem ao núcleo central da RS do termo indutor “religião”. Assim, considerando os resultados de frequência, análise prototípica, nuvem de palavras e análise de similitude, é possível afirmar que o núcleo central

da RS está se deslocando para a palavra “oração”, sendo que “igreja” tem um importante papel com a prática da oração.

Dando continuidade à análise, também foi gerado pelo Software IRaMuTeQ a nuvem de palavras onde estão apresentadas as palavras-chave mais citadas, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 13 - Nuvem de palavras evocadas para o termo “religião”



Fonte: o autor.

Percebe-se que o termo “oração” foi mais significativo, entretanto, os termos “igreja”, “Bíblia”, “hino” e “Deus” também são destacados. Somente os termos “Bíblia”, “Deus” e “palavra de Deus” fazem parte do núcleo central da representação, conforme também mostrado na figura abaixo.

Figura 14 - Palavras com representação de sentido



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que o termo indutor “religião” produz a evocação de várias palavras, conforme a figura. No entanto, é perceptível que as palavras evocadas são relacionadas ao Cristianismo. Isso é justificado quando se observa a Tabela 7 (sete), onde está demonstrado que 80% (oitenta por cento) dos adolescentes que participaram da pesquisa participaram da religião enquanto criança e ainda mantém contato através das visitas e assistências religiosas nas unidades da FUNASE.

A partir dos dados anteriores, passa-se agora a destacar alguns entendimentos como forma de considerações finais que o estudo nos forneceu acerca da social representação do termo “religião”, percebidos entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em regime de privação de liberdade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como foco a identificação da Representação Social da religião entre os adolescentes que estão em privação de liberdade por cumprirem medidas socioeducativas, esta pesquisa buscou, em primeira instância, contextualizar esses adolescentes e a religião no sistema socioeducativo.

Diante disso, viu-se que o ECA e o SINASE são duas importantes leis que garantem a proteção da criança e do adolescente, além de regulamentar a execução das medidas socioeducativas. A partir de então, houve modificação nos termos “menor” e “infrator” para “criança e adolescente” e “autor de ato infracional” respectivamente, conforme Cunha e Dazzani (2018). A estes se aplicam medidas socioeducativas que são um conjunto de processos de cunho educativo.

Entende-se que o adolescente, conforme declara a SOPERJ (2019), se desenvolve a partir de cinco áreas específicas: física, cognitiva, emocional, social e moral (de valores). O entendimento dessas fases na criança e no adolescente promove a compreensão do comportamento e ações através do histórico de vida e familiar. Neste sentido, defende-se que o adolescente em conflito com a lei é vítima da sociedade.

No entanto, sabe-se que a prática e o comportamento violento da criança e do adolescente pode ser uma predisposição promovida por fatores diversos, tais como: conflitos familiares, desemprego na família, histórico de alcoolismo por parte dos pais, violência no meio social, repetência escolar, comportamento antissocial, impulsividade, envolvimento com brigas no passado, além do consumo de drogas.

Sabe-se que a Escola Positivista considerava que o sujeito que descumpria as leis previamente sancionadas e violava as condutas sociais agiam assim por causa de sua classe social e do ambiente onde vive, por exemplo. Em contramão desse pensamento, a Escola Clássica entendia que o sujeito possui livre arbítrio e descumpra a lei agindo por sua própria vontade.

Pesquisas têm demonstrado que a maioria dos atos infracionais cometidos por esses adolescentes são roubo, tráfico de drogas e homicídio. Diante dessas pesquisas e dos entendimentos expostos, o que podemos afirmar? É o adolescente culpado ou inocente por descumprir as leis e cometer atos infracionais? Se praticam tais atos por causa de sua classe social e do ambiente onde vivem, então, devemos considerar todos adolescentes pobres, que moram em periferias e favelas, como infratores, como afirma a Escola Positivista?

Sendo assim, seria possível socioeducar os adolescentes e jovens e deixá-los viver no mesmo ambiente em que cometiam delitos? E por que os adolescentes de média e alta classe também cometem atos infracionais?

São questões complexas que devem ser analisadas com profundidade, levando em conta todo o contexto social, econômico, cultural, psicológico e também espiritual de cada adolescente, para encontrar uma saída viável e ajudá-los a viver de forma digna, honesta e longe dos atos infracionais.

Destarte, o ECA preconiza que, diante dos atos infracionais cometidos por adolescentes com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, poderão ser aplicadas seis medidas socioeducativas conforme o ato cometido:

- Advertência;
- Obrigação de reparar o dano;
- Prestação de serviços à comunidade;
- Liberdade assistida;
- Semiliberdade; e
- Internação.

Todas com dupla finalidade: a sancionatória e a correccional.

Apesar da promulgação do ECA em 1990, havia uma necessidade de normatizar a política socioeducativa e isso só aconteceu com a publicação do SINASE no ano de 2006, que é “conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medida socioeducativa” (BRASIL, 2006, p. 22).

Esse sistema infere que a educação não é suficiente para promover mudança na vida dos adolescentes que praticaram atos infracionais. Por isso, existe a necessidade do envolvimento conjunto da família e da sociedade, além de políticas públicas destinadas à inclusão desses adolescentes. No entanto, é perceptível a necessidade de projetos e ações para promover a construção de novos vínculos sociais, além da falta de acesso a garantia de direitos preconizados na Lei.

No Estado de Pernambuco, a FUNASE é o órgão responsável pelo atendimento do adolescente sob medida socioeducativa e/ou privação de liberdade. Por fazer parte do quadro de agentes socioeducativos da instituição, o pesquisador teve a oportunidade de realizar

observação participante e conversas informais com alguns agentes socioeducativos da FUNASE que trabalham diretamente com adolescentes em privação de liberdade.

Observou-se a precariedade na aplicação das medidas socioeducativas nas unidades da FUNASE por vários fatores, dentre eles: a falta de segurança nas unidades com ausência de policiais militares nas guaritas e o pequeno número de agentes nos plantões, facilitando resgates e fugas constantes; a falta de projetos e iniciativas que envolvam esses adolescentes, evitando a ociosidade durante a maior parte do dia; e a falta de valorização dos agentes socioeducativos, incluindo concurso público, melhoria de salários, boa alimentação e local adequado para descanso no quarto de hora.

Inclusive, e por mais absurdo que pareça, existe unidade da FUNASE em que os agentes são obrigados a tomar “banho de cuia” por falta de água nos chuveiros, bem como dormir no chão por falta de dormitórios e camas adequadas. Fatores como esses refletem no bom cuidado, atenção e compromisso com a finalidade da socioeducação.

Destarte, foi demonstrado nesta pesquisa várias reportagens que ratificam a necessidade de mudanças urgentes no sistema socioeducativo e nas unidades socioeducativas, a fim de trazer maior segurança tanto para os socioeducandos como para os agentes e funcionários que estão trabalhando diretamente com esses adolescentes e jovens que cometeram atos infracionais.

Por ser uma unidade socioeducativa construída antes da promulgação do SINASE, o CASE Cabo de Santo Agostinho tem sua arquitetura semelhante a presídio comum: longos corredores (alas) com vários alojamentos (celas) em ambos os lados, conforme demonstrado na figura abaixo:

Figura 15 - Modelo antigo (corredores com vários alojamentos)



Fonte: Garanhuns Notícias.

As unidades mais recentes foram construídas segundo recomendação do SINASE e cada espaço possui três casas com quatro alojamentos (celas) em cada casa e três socioeducandos em cada alojamento, conforme figura abaixo:

Figura 16 - Modelo SINASE (três casas com quatro alojamentos cada)



Fonte: Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE).

No interior de cada espaço, ainda existe um anexo escolar onde os socioeducandos participam de aulas ministradas pelos professores da escola estadual local.

Na unidade, há um ambiente para atendimento médico odontológico, um espaço ecumênico para atividades religiosas (sempre utilizado para outros fins) e uma quadra poliesportiva para prática de futebol e outras finalidades, como o recebimento de visitas familiares e outros eventos, quando promovidos na unidade.

Em relação à religiosidade e espiritualidade no sistema socioeducativo, entende-se que o conceito de religião é amplo e tem conotações diferenciadas dependendo da disciplina ou das aproximações aos dados religiosos. A religiosidade é a forma como cada pessoa vivencia a religião; a espiritualidade tem a ver com o sentido que é dado à vida, podendo estar relacionada à nossa religiosidade ou não.

Schwikart (2001) afirma que a questão religiosa está diretamente ligada às questões fundamentais do ser humano, como: quem sou eu? De onde vim? Por que e para que vivo? O que acontecerá comigo após a morte?

No entanto, observa-se uma distinção entre os termos religiosidade e espiritualidade: enquanto a religiosidade está ligada às práticas religiosas e crenças organizadas por entidades

religiosas que compartilham coletivamente doutrinas específicas, a espiritualidade está ligada à relação individual que o ser humano estabelece com o transcendente, buscando compreender o significado da vida independente de entidades religiosas.

Levando isso em consideração, observou-se nas unidades da FUNASE que a prática da assistência religiosa está presente e é exercida principalmente, mas não exclusivamente, pelos adeptos da IURD; estes fazem visitas regulares e, nas ocasiões, doam livros e Bíblias para todos os socioeducandos. Os cultos constituídos de cânticos, leitura e explanação da Bíblia e orações.

Após a leitura e explanação do texto bíblico, o pastor realiza uma oração pelos socioeducandos, pedindo a benção e as misericórdias de Deus para suas vidas e de seus familiares. Orientando para que todos os socioeducandos se ajoelhassem, começa a interceder veementemente, clamando a Deus para abençoar e transformar a vida de cada adolescente. A princípio, quando vi esta cena, me pareceu uma reunião dos mulçumanos, mas logo percebi que se tratava dos participantes da IURD.

Observou-se, em uma das unidades, que alguns agentes socioeducativos também promovem cultos com os adolescentes em algumas datas comemorativas, como o Dia das Crianças, por exemplo. Esses agentes, depois de autorizados pela direção da unidade, convidam os socioeducandos para participar do culto e, em seguida, servem algum tipo de alimentação para todos.

No culto, há momentos de cânticos, de leitura e explanação de um texto bíblico, momento de oração e confraternização. Um questionamento que surgiu foi a respeito desses agentes socioeducativos: por que promovem esses cultos? Qual a religião que frequentam? Esperam algum resultado?

Em conversa informal com esses agentes, descobrimos que eles acreditam que a religião pode influenciar no comportamento dos socioeducandos, afastá-los das drogas e até transformar suas intenções de vida. Apesar de participarem de igrejas diferentes, a maioria se diz cristã e pretende disseminar um Evangelho interdenominacional (que não distingue denominação, que não é exclusivo de uma igreja), mas bíblico e cristocêntrico (teologicamente centrado em Jesus Cristo, considerando Jesus Cristo o centro da história do mundo e do universo).

Apesar de não fazer parte de suas atribuições diárias, os agentes promovem essas reuniões de caráter cristão como parte de seu trabalho e, na maioria das vezes, assumem todas as despesas com a organização do evento e alimentação para todos os participantes. Inclusive, convidam cantores e músicos para dinamizar a reunião.

Em conversa com a coordenação de uma unidade socioeducativa, escutei que os cultos e reuniões bíblicas com os socioeducandos são bem vindos porque promovem resultados positivos no comportamento dos socioeducandos.

Quando perguntei sobre a visita de outras religiões – como espíritas e de matriz africana, por exemplo –, fiquei surpreso com a resposta: “Apesar de a visitação ser liberada para todos os tipos de religiões, só vejo as religiões pentecostais, neopentecostais e, poucas vezes, a Igreja Católica realizarem visitas de assistência religiosa. O porquê da ausência de outros tipos de religiões, não sei explicar!”.

O ordenamento jurídico brasileiro garante a prestação de assistência religiosa, previsto no artigo 5º, Inciso VII da CF, nas entidades civis e militares de internação coletiva, nos hospitais, no sistema penitenciário, bem como nas unidades de socioeducação.

Chega-se à conclusão que a religião apresenta resultados satisfatórios relacionados a ordem e mudança de comportamento das pessoas privadas de liberdade, tanto nos estabelecimentos penais quanto no sistema socioeducativo, pois é capaz de influenciar o comportamento e estilo de vida dos adolescentes, se apresentando como um fator medidor para adoção de hábitos saudáveis, afastando-os das drogas e da prática de atos infracionais.

Com esse entendimento, identificou-se a RS da religião entre esses adolescentes a partir da abordagem estrutural e em torno de um núcleo comum, como apresentado por Jean-Claude Abric.

Abric apresenta o núcleo central das RSs como um sistema estável e duradouro, enquanto o sistema periférico é mais flexível a mudanças. O núcleo central é marcado pela memória coletiva e história do grupo: é consensual, coletivamente partilhada, e define a homogeneidade do grupo; é estável, coerente e resistente à mudança; é pouco sensível ao contexto social e material imediato; e tem a função de gerar o significado básico da representação e determinar a organização global de todos os elementos.

Enquanto isso, o sistema periférico permite a integração das experiências e histórias individuais, suporta a heterogeneidade do grupo; é flexível, suporta contradições e se transforma; é evolutivo e sensível ao contexto imediato; e tem a função de permitir a adaptação à realidade concreta e a diferenciação de conteúdo da representação, protegendo o sistema central.

A partir dos dados encontrados e da TNC de Abric, é possível sugerir o que seria o núcleo central e periférico do termo “religião” para esses adolescentes. Como núcleo central, o estudo nos sugere que a expressão “Deus” está presente como primeira palavra evocada em 50% (cinquenta por cento) dos adolescentes que participaram da pesquisa. No entanto, a

palavra “Bíblia” surge no núcleo central com 13 (treze) evocações distribuídas entre as cinco palavras evocadas por cada adolescente pesquisado. Diante das considerações apontadas, é possível sugerir que a Representação Social da religião está altamente relacionada ao Deus Criador e à sua palavra, a Bíblia Sagrada.

Observa-se que 80% (oitenta por cento) dos adolescentes pesquisados já tiveram contato com alguma religião na infância. Isso justifica as palavras sugeridas como núcleo central (Bíblia, Deus e palavra de Deus).

Diante disso, surgem algumas reflexões: o ato infracional pode ser cometido por qualquer adolescente, sendo religioso ou não. No entanto, observa-se que vários fatores influenciam para esse fim, tais como: as amizades, o exemplo dos pais, o contexto social onde vivem, a educação familiar e escolar etc. Percebe-se que 50% (cinquenta por cento) dos pais ou responsáveis frequentam alguma religião; número inferior ao dos adolescentes pesquisados, que se somou em 80% (oitenta por cento).

Observou-se que os adolescentes ainda não perderam a lembrança dos ensinamentos e práticas da religião que seguiam na infância. É notável o respeito pela religião entre eles, apesar de terem cometido atos infracionais.

Isso justifica a maior concordância para o termo indutor “religião” ser a palavra “oração”, que é um aspecto prático das maiores religiões monoteístas. As palavras evocadas “Bíblia” e “palavra de Deus” podem ser consideradas sinônimas; assim sendo, 20 (vinte) evocações dessa expressão representam um aspecto teórico da religião.

Não houve intenção de esgotar os estudos no tema proposto. Portanto, espera-se que esta pesquisa venha contribuir para estudos futuros acerca do tema e afirma-se que os mesmos dados podem ser utilizados em análises posteriores, como na tese de doutorado, por exemplo.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, Denise (Org.). **Representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. p.155-171.

ABRIC, J.C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. da S. (Org.). **Representações sociais e práticas educativas**. Goiânia: Ed. UCG, 2003. p. 37-57.

ALMEIDA, A. M. O. **Abordagem societal das Representações Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v.24, n.3, p.713-737, set/dez.2009. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/se/v24n3/05.pdf>. Acesso em 20/10/2022.

BISINOTO et al. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28456/pdf>. Acesso em: 24/03/2022.

BOEIRA, Daniel A. **CPI do Menor: infância, ditadura e políticas públicas** (Brasil 1975-1976). Tese (doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018, p.256. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/2553/Daniel_Alves_Boeira_final_15713400889273_2553.pdf. Acesso em 20/03/2022.

BOMBARDA, Fernanda. A condição da criança e do adolescente em situação de risco no Brasil: uma leitura histórico-legislativa. In: **CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 17.**, 2009, Campinas. Anais do 17º COLE, Campinas, SP,: ALB, 2009. Disponível em: <http://www.alb.com.br/portal.html>. Acesso em: 8/12/2009.

BRAGHETTA, Camilla C. et al. **Aspectos éticos e legais da assistência religiosa em hospitais psiquiátricos**. Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo) [online]. 2011, v. 38, n. 5, pp. 189-193. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000500004>>. Acessado 24/06/2022.

BRASIL. **Projeto De Resolução N° 81, de 1976 (CPI do Menor)**. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/dcd10jun1976sup.pdf>. Acesso em: 20/03/2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20/04/2022.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 20/04/2022.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**. Brasília: CONANDA, 2006. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>. Acesso em: 22/04/2022.

BRASIL. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007, 60p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf. Acesso em: 20/04/2022.

BRASIL. Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial da União República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm. Acesso em: 22/04/2022.

BRASIL. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em 20/04/2022.

CALLIGARIS, C. **A adolescência**. São Paulo: PubliFolha, 2000, 81p.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do Software IRAMUTEQ**. 2019. Disponível em: http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/Tutorial%20IRaMuTeQ%20em%20portugues_22.11.2021.pdf. Acesso em: 10/01/2023.

CORDELLINI, Júlia V. F. **Adolescência e a saúde física e mental**. MPPR, 2009. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/pagina-444.html#>. Acesso em: 18/01/2022.

COSSO, E; FRANCO, M. L. P. B; FERNANDES, J. S. G. **Representações sociais sobre relação professor- aluno no ensino superior**. Revista Brasileira de Ensino Superior, Passo Fundo, v. 4, n. 3, p. 5-23, set. 2018. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/REBES/article/view/2389/2375>. Acesso em: 11/12/2022.

COSTA, Bruno M. **Ressocialização mediada pela assistência religiosa: direito dos encarcerados no sistema penitenciário**. Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2018, 110p. Disponível em: <http://bdtd.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/260>. Acesso em: 04/06/2022.

COSTA, D. L. S.; SILVA FILHO, E. V. **Análise das escolas clássica e positivista a partir de Alessandro Baratta**. Rev. Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas. Santo Ângelo, v. 21, n. 39, p. 183-200. Jan./abr. 2021. Extraído de: [https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/download/313/128/876#:~:text=A%20Escola%20Cl%C3%A1ssica%20analisa%20o,cometerem%20tais%20atos%2C%20o%20determinismo](https://san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/article/download/313/128/876#:~:text=A%20Escola%20Cl%C3%A1ssica%20analisa%20o,cometerem%20tais%20atos%2C%20o%20determinismo. Acesso em: 02/04/2023). Acesso em: 02/04/2023.

CROATTO, J. S. **As linguagens da experiência religiosa: uma Introdução à fenomenologia da religião**. Trad. Carlos M. V. Gutierrez - 3 ed. São Paulo: Paulinas, 2010, 521p.

CRUSOÉ, N. M. de C. **A teoria das representações sociais em Moscovici e sua importância para a pesquisa em educação**. APRENDER - Cad. de Filosofia e Pisc. da Educação - Vitória da Conquista, Ano II, n. 2, p.105-114, 2004.

CUNHA, Eliseu de Oliveira; DAZZANI, Maria Virgínia Machado. **O Que é Socioeducação? Uma Proposta de Delimitação Conceitual**. Rev. Adolescência e Conflitualidade. n.17, p. 71-81, 2018, p.71-81.

DAMBROS, Thiago et al. **O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa sob perspectiva dos estilos parentais e insegurança alimentar**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Oeste do Paraná - Campus Francisco Beltrão, 2018.

DAVIM, R. M. B; GERMANO, R. M; MENEZES, R. M. V; CARLOS, D. J. D. **Adolescente/adolescência: revisão teórica sobre uma fase crítica da vida**. Rev. Rene. Fortaleza, v. 10, n. 2, p.131-140, abr./jun.2009. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/rene/article/view/4787/3541>. Acesso em: 24/06/2022.

DURKHEIM, Émile. **Formas elementares de Vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989, 535p.

ELIADE, Mircea, **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 200p.

FARIA, Hugo C. (2015) **.Adolescência: o que esperar desta fase**. Disponível em: <https://www.cuf.pt/mais-saude/adolescencia-o-que-esperar-desta-fase/>. Acesso em: 18/01/2022.

FARINHA, F. T.; BANHARA F. L.; BOM, G. C.; KOSTRISCH, L. M. V.; PRADO, P. C.; TRETTENE, A. S. **Correlação entre espiritualidade, religiosidade e qualidade de vida em adolescentes**. Rev. Bioét. vol.26 no.4. Brasília: Out/Dez. 2018, p. 567-573.

FERREIRA, S. R. S; BRUM, J. L. R. **As representações sociais e suas contribuições no campo da saúde**. R. Gaúcha Enferm., Porto Alegre, v.20, n. esp., p.5-14, 2000. Disponível

em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23482/000290385.pdf?sequence=1&locale=pt_BR. Acesso em 16/11/22.

FRANCO, M. L. P. B. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência**. Cadernos de Pesquisa [online], v.34, n.121, jan./abr. 2004, p. 169 -186, jan./abr., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Lng4HFC8fGVLmWxzDrTWCCs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20/11/22.

GALLO, Alex E.; WILLIAMS, Lúcia C. A. **Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional**. Psicologia: teoria e prática, vol. 7, núm. 1, Mackenzie, São Paulo, 2005, pp. 81-95. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/OLD/47/Editora/Revista_Psicologia/Teoria_e_Pratica_Volume_7-_Numero_1/81a96.pdf. Acesso em: 20/01/2022.

GOMES, N. Soares; FARINA, Marianne; FORNO, Cristiano D. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v.6, n.2, p.107-112, set. 2014. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/589>. Acesso em: 20/05/2022.

GOSS, C. C; SALLES FILHO, N. A; MELNYK, A. Representação social do suicídio para adolescentes em vulnerabilidade social. In: **Ciências sociais e representações: visão interdisciplinar**. Alfredo Cesar Antunes (Org.), CRV, Curitiba, 2020, p. 41-60.

GUIMARÃES, Célia M. **A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

JAHN, Guilherme M. **Religiosidade em adolescentes de diversas regiões do Brasil**. TCC Psicologia UFRGS, Inst. Psic. Porto Alegre, 2014, 59p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/134844>. Acesso em 28/06/2022.

JAHN, Guilherme M; DELL'AGLIO, Débora D. **A Religiosidade em Adolescentes Brasileiros**. Rev. Psicol. IMED, Passo Fundo, v. 9, n. 1, p. 38-54, jun. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-50272017000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26/06/2022.

KAMINSKI, J. **Menores e crianças: uma breve análise da história da infância e adolescência no Brasil**. Akrópolis Umarama, v. 20, n. 2, p. 81-92, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/4644/2767>. Acesso em 22/03/2022.

LIVRAMENTO, André M; ROSA, Edinete M. **Vidas no cárcere: o lugar da assistência religiosa**. Vitória: EDUFES, 2015. 128 p.

MAFRA, Neuza. Criança e Adolescente. In: **Direitos Humanos no Brasil 2: Diagnóstico e Perspectiva**. Coletânea CERIS. Ano 2, n. 2 Rio de Janeiro: CERIS/Mauad X, 2007.

MARKOVÁ, Ivana. **A fabricação da teoria de representações sociais**. Cadernos de Pesquisa [online]. 2017, v. 47, n. 163, pp. 358-375. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143760>. Acesso em 05/07/22.

MAZZOTTI, A. J. A. **A abordagem estrutural das representações sociais**. Psi. da Ed., São Paulo, 14/15, 1º e 2º sem. de 2002, pp. 17-37. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/issue/view/1755>. Acesso em 26/11/2022.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

NARDI, Fernanda Ludke; JAHN, Guilherme Machado; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Perfil de adolescentes em privação de liberdade: eventos estressores, uso de drogas e expectativas de futuro**. Psicologia em Revista, v. 20, n. 1, p. 116-137, 2014. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2014v20n1p116/7149>. Acesso em: 20/10/22.

NOGUEIRA, K; GRILLO, D.M. **Teoria das Representações Sociais: história, processos e abordagens**. Research, Society and Development, v. 9, n. 9, e146996756, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/6756/6274>. Acesso em: 26/11/2022.

OLIVEIRA, Ilka M. Silva. **A representação social do corpo no ritual de promessa no catolicismo na cidade do Recife/PE**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Recife, 2017, p. 147.

OMS - Organização Mundial da Saúde (1965). **Problemas de la salud de la adolescencia**. Informe de un comité de expertos de la O.M.S (Informe técnico nº 308). Genebra. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/38485>. Acesso em: 20/11/2022.

PEW RESEARCH CENTER (Dec.,2012). **The global religious Landscape**. Disponível em: <http://www.pewforum.org/2012/12/18/global-religious-landscape-exec/>. Acesso em: 28/06/2022

PIEPER, Frederico. **Religião: limites e horizontes de um conceito**. Rev. Metodista - Estudos de Religião, v. 33, n.1, p. 5-35, 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/9056/6836>. Acesso em: 04/05/2022.

RELIGIÃO. In: **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Ed. Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=religiosidade>. Acesso em: 12/05/2022.

RIBEIRO, C. DE O. **Pluralismo religioso, direitos humanos e democracia**. HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 13, n. 40, p. 1805-1825, 25 dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n40p1805/8983>. Acesso em: 20/11/2022.

RODRIGUES, Daniel Scapellato Pereira. **O papel da religião cristã no processo de ressocialização do indivíduo nas instituições de internação coletiva /A APAC em Teófilo Otoni**. Dissertação Mestrado PPGCR. Vitória: UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2016. Disponível em: <http://bdt.d.faculdadeunida.com.br:8080/jspui/handle/prefix/114>. Acesso em: 20/04/2021.

RODRIGUES, Marcela M.; MENDONÇA, Angela C. L. Algumas reflexões acerca da socioeducação. In: **Medidas socioeducativas em meio aberto**. Rev. Igualdade – nº 42, v. 1. Núcleo de Com. Inst. – MPPR: 2008, p. 185-2006. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/ri42_medidas_vol1.pdf. Acesso em 24/06/2022.

SÁ, C. P. de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: Spink, M. J. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense. 1993, p. 19-45.

SÁ, C. P. de. **O núcleo central das representações sociais**. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002. 189p.

SANTOS, A. R. M. dos; SILVA, E. A. P. C. da; SILVA, P. P. C. da; CARTAXO, H. G. de O.; FREITAS, C. M. S. M. de. **Estilo de vida na adolescência: o envolvimento religioso atuando nos comportamentos de risco à saúde**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, n. 1, 2014, p. 14-25. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/feff/article/view/18741>. Acesso em: 26/06/2022.

SCHWIKART, Georg. **Dicionário ilustrado das religiões**. Aparecida/SP: Ed. Santuário, 2001, 120p.

SILVA, D. E. **A representação social do dinheiro entre os neopentecostais**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2000, 171 p.

SILVA, D. E. A sociologia da simbolização religiosa: uma perspectiva epistemológica. In: Anaxsuell Fernando da Silva; Orivaldo Pimentel Lopes Júnior; Ronaldo Robson Luiz. (Org.).

Mythos-Logos: uma epistemologia dos estudos da religião. 1ed. Curitiba: Editora CRV, 2011, p. 17-32.

SILVA, L. F. G. da. **A representação social da relação fé e política na escola Pe. Humberto Plommen.** Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2008, 147 p.

SOUSA, K. N. de; SOUZA, P. C. de. **Representação social: Uma revisão teórica da abordagem.** Research, Society and Development, v. 10, n. 6, e38610615881, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15881/14228>. Acesso em: 12/11/22.

SOUZA, Maruilson. Teologia do Pluralismo Religioso. In. **Dicionário do Pluralismo Religioso.** Claudio de Oliveira Ribeiro; Gilbraz Aragão; Roberlei Panasiewicz (orgs.). Recriar: Recife, 2020, 312p.

SOUZA NETO, João Clemente de; SCHRAMM, Yara. **A influência das representações religiosas no processo de aprendizagem do sujeito.** Revista: Cadernos de Psicopedagogia (UNISA) V. 6. 2007. p. 1-15.

SOUSA, Irma Danielle. **Adolescentes em conflito com a lei: as causas que levam os adolescentes a cometerem ato infracional no estado do Piauí.** Revista Fundamentos, v. 2, n. 2, 2016.

STROHER, Marga J. Interculturalidade e Espiritualidade. In. **Dicionário Do Pluralismo Religioso.** Claudio O. Ribeiro; Gilbraz Aragão; Roberlei Panasiewicz (orgs.). Recriar: Recife, 2020, 312p.

VERGÈS, P. A evocação do dinheiro: um método para a definição do núcleo central de uma representação. In: MOREIRA, A. S. P.; CAMARGO, B. V.; JESUÍNO, J. C.; NÓBREGA, S. (Orgs.). **Perspectivas Teórico- Metodológicas em representações sociais.** João Pessoa: EdUPB, 2005. p. 201-228.

VERONA, A.P.A; DIAS JUNIOR, C.S. **Religião e fecundidade entre adolescentes no Brasil.** Rev. Panam. Salud publica. 2012;31(1):25–31. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2012.v31n1/25-31/pt>. Acesso em 28/06/2022.

VILLAS BOAS, Lúcia Pintor Santiso. **Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana.** Psicol. educ., São Paulo, n. 19, p. 143-166, dez. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752004000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 01 dez. 2022.

ZANGARI, Wellington; MACHADO, Fatima R. **Psicologia & Religião: Histórico, Subjetividade, Saúde Mental, Manejo, Ética Profissional e Direitos Humanos**. Inter Psi, USP: São Paulo, 2018, 56p. Disponível em: <http://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/340/2018/03/Cartilha-PsiRel-Inter-Psi-USP-2018.pdf>. Acesso em: 02/05/2022.

WACHELKE, João; WOLTER, Rafael. **Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais**. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2011, v. 27, n. 4, pp. 521-526. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400017>. Acesso em 18/12/2022.

ANEXO A



UNICAP- Universidade Católica de Pernambuco
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
(Questionário / Entrevista)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA RELIGIÃO ENTRE ADOLESCENTES QUE CUMPREM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, desenvolvida por **Edson Marinho de Oliveira**, discente de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, sob orientação do Professor Dr. Drance Elias da Silva.

Você foi selecionado por ser socioeducando da FUNASE e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

O objetivo deste estudo é identificar e analisar a Representação Social da religião entre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder um questionário de evocação livre de palavras, conhecido como Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP, a partir do termo indutor “religião”. Para isso, será usado um formulário com questões sociodemográficas, bem como a TALP.

O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente 20 (vinte) minutos. Não existem riscos relacionados com sua participação.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Utilizaremos um número em vez de seu nome.

DADOS DO PESQUISADOR:

Nome: Edson M. Oliveira **Assinatura:** _____

Declaro que entendi os objetivos de minha participação na pesquisa e concordo em participar. Estou ciente que não terei nenhum prejuízo, bem como nenhum benefício pessoal ao participar da pesquisa.

Recife, _____ de _____ de 2022.

 Assinatura do PARTICIPANTE DA PESQUISA

ANEXO B



Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

QUESTIONÁRIO PARA ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS - TALP

Este questionário faz parte das atividades de pesquisa que visam apoiar o curso de Mestrado em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Por favor, responda-o com atenção e, desde já, aceite os agradecimentos de toda a equipe de coordenação.

I – Escreva rapidamente as palavras (somente palavras) que, na sua opinião, completam a afirmação: **RELIGIÃO é...**

<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____	<input type="checkbox"/>	_____
<input type="checkbox"/>	_____		

II – Enumere todas as palavras, classificando-as de acordo com a importância que você atribui a cada uma delas, ou seja, 1 para a mais importante, 2 para a seguinte, e assim por diante.

III – Agora, escreva sua justificativa para a palavra que apontou como sendo a mais importante, ou seja, a palavra indicada como a nº 1.

III – Você acredita que a religião pode ajudar no processo de ressocialização (socioeducação)? Por quê?

Informações sociodemográficas:

- 1) Nome: _____
- 2) Idade: _____
- 3) Município de residência: _____
- 4) Religião que frequentou: _____
- 5) Os pais ou responsáveis seguem alguma religião? _____ Qual? _____
- 6) Escolaridade: _____
- 7) Cumprindo sua primeira medida socioeducativa? _____

_____, _____ de _____ de 2022.